

Zatix Tecnologia  
S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro

06086-050 - Osasco/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 2856-5300

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da**

**Zatix Tecnologia S.A**

Barueri - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Zatix Tecnologia S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Contingências possíveis - Conforme descrito na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, a Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis que totalizam R\$152.902 mil e R\$156.966 mil em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva em virtude deste assunto.

## Outros assuntos

### ***Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior***

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de fevereiro de 2019 sem modificação.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

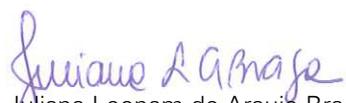
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 28 de maio de 2020

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP-033038/F



Juliana Leonam de Araujo Braga  
Contadora CRC 1SP-251062/O-5

## Zatix Tecnologia S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.964	13.499	17.964	Fornecedores	15	21.107	14.677	21.107
Contas a receber	5	15.167	12.670	15.167	Empréstimos e financiamentos	16	24.238	41.936	24.238
Estoques	6	14.056	11.194	14.056	Debêntures a pagar	17	-	27.281	-
Impostos a recuperar	7	5.159	2.590	5.159	Arrendamentos a pagar	18	1.727	-	1.727
Indenizações a receber	8	6.626	-	6.626	Salários, provisão para férias e encargos	19	8.232	6.752	8.232
Partes relacionadas	22	14.562	-	14.562	Imposto de renda e contribuição social a recolher		943	-	943
Outras contas a receber		895	863	895	Impostos a recolher	20	2.553	1.710	2.553
Ativo não circulante mantido para venda	9	-	-	14.410	Impostos e contribuições parcelados	21	2.203	1.232	2.203
Total do ativo circulante		<u>74.429</u>	<u>40.816</u>	<u>88.839</u>	Partes relacionadas	22	-	4.665	-
					Outras obrigações a pagar	1 (v)	28.972	-	28.972
<b>Não circulante</b>					Adiantamentos de clientes		55	235	55
Contas a receber	5	143	34	143	Total do passivo circulante		<u>90.030</u>	<u>98.488</u>	<u>90.030</u>
Indenizações a receber	8	4.864	11.469	4.864					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	14.784	13.532	14.784	Fornecedores	15	1.674	-	1.674
Depósitos judiciais	24.3	1.344	1.336	1.344	Empréstimos e financiamentos	16	25.149	4.830	25.149
Partes relacionadas	22	6.784	-	6.784	Arrendamentos a pagar	18	2.979	-	2.979
Outras contas a receber		34	54	34	Indenizações a pagar	1 (v)	7.342	-	7.342
Total do ativo realizável a longo prazo		<u>27.953</u>	<u>26.425</u>	<u>27.953</u>	Impostos e contribuições parcelados	21	7.523	3.683	7.523
					Provisão para riscos	24.1	9.175	9.906	9.175
Investimentos	11	14.410	-	-	Total do passivo não circulante		<u>53.842</u>	<u>18.419</u>	<u>53.842</u>
Imobilizado	12	20.530	20.903	20.530					
Direto de uso	13	4.706	-	4.706	<b>Patrimônio líquido</b>				
Intangível:					Capital social	25	215.644	197.480	215.644
Ágio na aquisição de investimentos	14	102.858	102.858	102.858	Prejuízos acumulados		(95.273)	(101.275)	(95.273)
Outros intangíveis	14	19.357	22.110	19.357	Total do patrimônio líquido		<u>120.371</u>	<u>96.205</u>	<u>120.371</u>
Total do ativo não circulante		<u>189.814</u>	<u>172.296</u>	<u>175.404</u>					
<b>Total do ativo</b>		<u>264.243</u>	<u>213.112</u>	<u>264.243</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>264.243</u>	<u>213.112</u>	<u>264.243</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Zatix Tecnologia S.A.

### Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	28	149.309	126.729	149.309
<b>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>	29	(92.477)	(76.237)	(92.477)
<b>Lucro bruto</b>		<u>56.832</u>	<u>50.492</u>	<u>56.832</u>
<b>Despesas operacionais</b>				
Gerais e administrativas	29	(23.310)	(23.437)	(23.310)
Com vendas	29	(15.869)	(13.727)	(15.869)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	5	(825)	(409)	(825)
Outras despesas operacionais, líquidas	29	(224)	(8.787)	(224)
<b>Lucro operacional</b>		<u>16.604</u>	<u>4.132</u>	<u>16.604</u>
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	32	4.051	1.507	4.051
Despesas financeiras	32	(14.819)	(15.133)	(14.819)
		<u>(10.768)</u>	<u>(13.626)</u>	<u>(10.768)</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		5.836	(9.494)	5.836
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Correntes	10.b	(1.086)	-	(1.086)
Diferidos	10.b	1.252	-	1.252
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		<u>6.002</u>	<u>(9.494)</u>	<u>6.002</u>
<b>Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído - R\$</b>	26	<u>0,086</u>	<u>(0,159)</u>	<u>0,086</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Zatix Tecnologia S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

*(Em milhares de Reais - R\$)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	6.002	(9.494)	6.002
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u>6.002</u>	<u>(9.494)</u>	<u>6.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Zatix Tecnologia S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		197.480	(91.781)	105.699
Prejuízo do exercício		-	(9.494)	(9.494)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<u>197.480</u>	<u>(101.275)</u>	<u>96.205</u>
Aumento de capital com conversão de debêntures, conforme AGE de 30 de junho	1(ii)	28.972	-	28.972
Aumento de capital com integralização de terreno, conforme AGE de 25 de setembro		3.602	-	3.602
Redução de capital mediante a redução de saldo com parte relacionada, conforme AGE de 31 de outubro	1(vi)	(14.410)	-	(14.410)
Lucro do exercício		-	6.002	6.002
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<u><u>215.644</u></u>	<u><u>(95.273)</u></u>	<u><u>120.371</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Zatix Tecnologia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro (Prejuízo) do exercício		6.002	(9.494)	6.002
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	12,13,14	14.235	11.582	14.235
Baixa e provisão de ativo imobilizado e intangível	12,14	222	2.836	222
Ajuste a valor justo	29	(10.658)	-	(10.658)
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques	6	(589)	555	(589)
Provisão de ajuste a valor presente - contas a receber		-	(25)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	825	409	825
Provisão de ajuste a valor presente - fornecedores		76	223	76
Constituição de provisão para riscos	24.1	1.454	2.335	1.454
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(1.252)	-	(1.252)
Atualização monetária sobre fornecedores		124	-	124
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	16	8.470	5.443	8.470
Juros sobre debêntures	17	1.691	3.229	1.691
Juros sobre contratos com partes relacionadas - mutuo passivo	22	693	746	693
Juros sobre indenizações a pagar	1 (v)	324	-	324
Juros sobre arrendamento a pagar	18	103	-	103
Juros sobre crédito tributário do PIS e da COFINS	32	(2.277)	-	(2.277)
Atualização monetária sobre indenizações a receber	8	(100)	(159)	(100)
Juros sobre contratos com partes relacionadas - mutuo ativo	22	(34)	-	(34)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		(44)	(21)	(44)
Juros e atualização monetária		-	359	-
Outras provisões		-	130	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber		(3.431)	(493)	(3.431)
Estoques		(2.273)	(1.629)	(2.273)
Impostos a recuperar		(292)	(729)	(292)
Depósitos judiciais		36	270	36
Indenizações a receber		79	(125)	79
Outras contas a receber		(12)	(295)	(12)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		7.541	1.318	7.541
Salários, provisão para férias e encargos		1.480	492	1.480
Impostos e contribuições a recolher		1.929	259	1.929
Impostos e contribuições parcelados		4.811	(266)	4.811
Indenizações a pagar		7.018	-	7.018
Pagamento de provisão para riscos	24.1	(2.185)	(2.722)	(2.185)
Adiantamentos de clientes		(180)	199	(180)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(143)	-	(143)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(8.378)	(5.521)	(8.378)
Pagamento de juros de arrendamentos a pagar	18	(103)	-	(103)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	22	(919)	(657)	(919)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>24.243</u>	<u>8.249</u>	<u>24.243</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Adições ao imobilizado	12	(7.015)	(5.150)	(7.015)
Adições ao intangível	14	(2.782)	(3.670)	(2.782)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(9.797)</u>	<u>(8.820)</u>	<u>(9.797)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	16	46.014	26.389	46.014
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(43.485)	(23.435)	(43.485)
Pagamentos de arrendamentos a pagar	18	(2.892)	-	(2.892)
Partes relacionadas (mutuo ativo) - valores cedidos	22	(5.179)	-	(5.179)
Partes relacionadas (mutuo passivo)- valores pagos e recebidos	22	(4.439)	2.879	(4.439)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>(9.981)</u>	<u>5.833</u>	<u>(9.981)</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>4.465</u>	<u>5.262</u>	<u>4.465</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo inicial	4	13.499	8.237	13.499
Saldo final	4	17.964	13.499	17.964
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>4.465</u>	<u>5.262</u>	<u>4.465</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

*(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Zatix Tecnologia S.A. (“Zatix” ou “Companhia”) localizada na Rua Bonnard, 980, Barueri, São Paulo, tem por objetivo a disponibilização de soluções de tecnologia no mercado de telemática “B2B”, para que seus clientes, sejam eles pequenas médias e grandes empresas, as utilizem na gestão de suas frotas veiculares (para gerenciamento de riscos e logística).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui insuficiência de capital circulante líquido controladora e consolidado respectivamente de R\$ 15.601 e R\$1.191 (R\$57.672 (controladora) em 31 de dezembro de 2018).

Neste contexto, destacamos abaixo as principais ações tomadas pela administração da Companhia que levaram a redução da insuficiência de capital de circulante líquido em 2019:

- Alongamento de prazo de pagamento do endividamento bancário, com novas contratações de empréstimos e em renegociação dos existentes.
- Conversão das debêntures em capital social da Companhia.

Mesmo com a insuficiência de capital circulante líquido em 2019, a Administração não vê problema quanto à liquidação das dívidas de curto prazo, uma vez que:

- Há projeção de fluxos de caixa operacionais no exercício de 2020, substancialmente respaldados pela geração de fluxos de caixas dos contratos firmados com clientes que tem prazo inicial de 24 a 36 meses.
- Há linhas de créditos disponíveis para a Companhia.

#### **Eventos significativos do exercício 2019**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreram, principalmente, os seguintes eventos que alteraram as demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) Em 19 de junho de 2019, (a) os acionistas da Companhia efetuaram a venda da totalidade de suas respectivas participações para Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., empresa situada em Guarabira na PB, que disponibiliza soluções de tecnologia para rastreamento e monitoramento de bens e pessoas; (b) A Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. celebrou com o ex-acionista - Fundo de Investimento Pátria, um contrato de compra e venda de Debêntures e Outras Avenças, mediante o pagamento do preço de compra das Debêntures, no valor total de R\$ 28.972;
- (ii) Em 30 de junho de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral e Extraordinária a conversão das debêntures em capital social na Companhia, com o aumento de capital em R\$ 28.972;

- (iii) Em 3 de setembro 2019, a Secretaria da Receita Federal efetuou a habilitação do crédito tributário de PIS e da COFINS, decorrente de decisão judicial transitada em julgado em 28 de fevereiro de 2019 no valor de R\$ 6.349 (R\$ 4.169 de principal e R\$ 2.180 de juros), contabilizados em outras receitas operacionais e receitas financeiras, respectivamente, que questionava a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS;
- (iv) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia;
- (v) Em 17 de outubro de 2019, (a) O acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. cedeu a Companhia, a obrigação de pagamento do preço de compra das debêntures, no valor de R\$ 28.972, a ser cumprida mediante a dação em pagamento até 31 de julho de 2020, ao ex-acionista, Fundo de Investimento Pátria, de ações representativas, da totalidade do capital social da controlada da Companhia a BLCKD I Participações S/A, cujo patrimônio será composto unicamente, por dois imóveis. A Companhia recebeu o primeiro imóvel em setembro de 2019, via aumento de capital, terreno localizado no município de Candeias – BA, no valor de R\$ 14.410 (nota explicativa nº 9), o qual será utilizado para amortização da obrigação registrada em Outras Obrigações a Pagar. O segundo imóvel, para liquidação integral da obrigação a pagar será transferido via aumento de capital em 2020. (b) Em decorrência do evento de 19 de junho, foi assinado instrumento de rescisão e confissão de dívida, relativo à indenização contratual a ex-diretores estatutários de R\$ 7.342 em 31 de dezembro de 2019 (principal R\$ 7.018 e juros R\$ 324), a ser corrigido pela variação da taxa DI, acrescidos de juros remuneratórios de 3% ao ano.
- (vi) Em 31 de outubro de 2019, a Companhia efetuou a redução de Capital Social, no montante de R\$ 14.410, decorrente da cessão que ocorreu em 17 de outubro de 2019 (v).

## **2 Declaração da Administração e base de apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 2.18.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía investida, de forma que não estão sendo apresentados saldos consolidados comparativos referentes aquele período. Em 2019 a Companhia possui 100% das ações da BLCKD I Participações S/A.

### **2.2 Aprovação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 28 de maio de 2020.

### **2.3 Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: Estas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção das práticas contábeis apresentadas na nota explicativa nº 2.18, nas quais foram adotadas a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019.

### **2.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### **2.5 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

### **2.6 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

### **2.7 Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, itens danificados ou deteriorados e estoques de baixa movimentação, quando aplicável.

### **2.8 Ativo não circulante mantido para venda**

A Companhia e sua controlada classificam um ativo não circulante como disponível para a venda se o seu valor contábil for recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo disponível para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação, a menos que eventos fora do controle da Companhia e sua controlada alterem esse período. O ativo não circulante mantido para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

## **2.9 Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, considerando a vida útil-econômica dos bens. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável, bem como, para rastreadores em comodato, a Companhia constitui provisão para desvalorização. A Companhia efetua periodicamente a revisão da vida útil-econômica dos bens e não identificou alterações relevantes.

## **2.10 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente: ativos intangíveis com vidas úteis definidas adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente: gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

### **2.11 Avaliação do valor recuperável dos ativos (*Impairment*)**

Os bens do imobilizado e do intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

### **2.12 Ágio**

A Companhia registra nesse subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados, porém são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

### **2.13 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

- **Impostos correntes:** a provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.
- **Impostos diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetem as bases tributárias.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

#### **2.14 Provisão para riscos**

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. Considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes, os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas.

#### **2.15 Reconhecimento da receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- (a) A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos.
- (b) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- (c) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- (d) É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para Companhia.
- (e) Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando incorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização.

As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias (por exemplo: rastreadores), serviços de monitoramento (auxílio na localização), licenciamento de uso de software, comunicação de dados por satélite, assistência técnica e locação.

#### **2.16 Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

## **2.17 Instrumentos Financeiros**

### ***Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o a Companhia e sua controlada se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### ***Classificação e mensuração subsequente***

#### *Ativos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio***

A Companhia e sua controlada realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*a. Redução ao valor recuperável (Impairment)*

**Instrumentos financeiros e ativos contratuais**

A Companhia e sua controlada reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e VJR;

A Companhia e sua controlada mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Administração considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A administração considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e sua controlada.
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Administração adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido a longa data. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Administração para a recuperação dos valores devidos.

**2.18 Operações de arrendamento**

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários e de veículos como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental.

Vigente a partir de 1 de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes resultando em uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamentos operacionais. A norma requer que um arrendatário reconheça um direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do mesmo.

Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato a valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade.

Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir:

***Mensuração do passivo de arrendamento***

Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Sociedade.

***Prazo de arrendamento***

A Sociedade reconhece os contratos de arrendamento considerando a sua renovação por mais um período de igual duração ao prazo original, sempre que existir esta previsão no contrato e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor.

***Taxa de juros incremental de financiamento***

Para calcular o valor justo dos contratos, a Sociedade considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento.

***Depreciação/amortização do ativo de direito de uso***

A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato considerando, se aplicável, a sua renovação por um período de igual duração a vigência inicial, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil.

***Encargos financeiros***

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato.

**2.19 Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as quais impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são:

- (a) **Provisão para perdas esperadas do contas a receber** – a Companhia e sua controlada utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e sua controlada e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

- (b) **Provisão para perdas de estoques** – a provisão é reconhecida para os itens dos estoques avaliados pela administração da Companhia, como obsoletos por descontinuidade de comercialização, defasagem tecnológica e giro lento. As informações sobre provisão para perdas de estoques estão divulgadas na nota explicativa nº 6.
- (c) **Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio** – uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. As informações sobre perdas ao valor recuperável estão divulgadas na nota explicativa nº 14.
- (d) **Impostos diferidos** – Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para maiores detalhes ver nota explicativa nº 10.
- (e) **Provisão para riscos vinculados a processos judiciais** – A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Maiores detalhes na nota explicativa 24.

## **2.20 Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação**

Calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício.

## **2.21 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes**

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentadas:

- (a) **CPC 00 (R2)** – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – esta revisão apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação, atualizou a definição de ativos e passivos bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras.
- (b) **CPC 50** – Contratos de seguros – esta norma entrará em vigência a partir de 1º. janeiro de 2021 e substituirá o CPC 11- Contratos de Seguros. O CPC 50 fornecerá um modelo global e abrangente para contabilidade dos contratos de seguros em linha com a padronização internacional das normas contábeis.
- (c) **Emendas do CPC 26 e CPC 23** – Definição de Materialidade – As emendas do CPC 26 e do CPC 23 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entrarão em vigência em 1º. de janeiro de 2020.

- (d) **Alterações do CPC 15 – Definição de Negócio** - As alterações do CPC 15 objetivam aumentar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações acerca de combinações de negócios e sobre seus efeitos no adquirente.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 2.22 **Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas**

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 R2 Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

### a. **CPC 06 R2 – Arrendamentos**

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos com aplicabilidade para períodos anuais, iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários, sendo reconhecido um ativo de direito de uso que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia optou pela aplicação da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeitos prospectivos, portanto, os períodos comparativos não estão sendo reapresentados e contemplam a abordagem da norma vigente à data base. O detalhamento e a movimentação destes saldos estão demonstrados na nota explicativa nº 13 – Direitos de Uso.

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adição por adoção inicial CPC 06 (R2) – 1º de janeiro de 2019	7.577	8.337
Reconhecimento de juros a apropriar	-	(739)
Pagamento de principal/aluguel	-	(2.995)
Apropriação de juros – Despesa Financeira	-	103
Depreciação acumulada	(2.871)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.706	4.706
Circulante	-	1.727
Não circulante	(4.706)	2.979

### b. **CPC 32 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Este pronunciamento não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

### 3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. As informações financeiras da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas inclui a seguinte controlada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
Participação direta em controlada:	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
BLCKD I Participações S/A. (*)	100%	-

(\*) Atividade principal – administração de bens imóveis.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>
Caixa e bancos (a)	2.140	169	2.140
Títulos de capitalização (b)	640	1.189	640
Fundos de investimentos	3.028	-	3.028
Certificado de Depósito Bancário - CDB (c)	12.156	12.141	12.156
<b>Total</b>	<b>17.964</b>	<b>13.499</b>	<b>17.964</b>

(a) Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

(b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança.

(c) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média é de 97% da variação da taxa do Certificado de Depósito (Interbancário – CDI, e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado. O cálculo do rendimento das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração a remuneração variável do CDI (taxas variáveis de 98% a 100% em 2018).

### 5 Contas a receber

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>
Contas a receber	16.305	17.953	16.305
Provisão para perdas de crédito esperadas	(995)	(5.249)	(995)
<b>Total</b>	<b>15.310</b>	<b>12.704</b>	<b>15.310</b>
Ativo circulante	15.167	12.670	15.167
Ativo não circulante	143	34	143

O saldo de contas a receber por período de vencimento está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
A vencer	11.456	10.195	11.456
Vencidos:			
Até 30 dias	2.185	1.852	2.185
Entre 31 e 90 dias	1.094	615	1.094
Entre 91 e 180 dias	680	346	680
Entre 181 a 360	890	626	890
Acima de 360 dias	-	4.319	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(995)	(5.249)	(995)
Total	15.310	12.704	15.310

As contas a receber são apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos. A provisão para perdas de crédito esperadas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(8.855)
Constituição de provisão	(409)
Baixa de títulos	4.015
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.249)
Constituição de provisão	(825)
Baixa de títulos	5.079
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(995)

## 6 Estoques

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Matéria-prima	2.477	2.057	2.477
Produtos em elaboração	1.223	141	1.223
Produtos acabados	3.513	3.876	3.513
Mercadorias para revenda	1.271	2.643	1.271
Equipamentos e peças em poder de terceiros	6.685	4.925	6.685
Materiais de consumo e importações em andamento	1.673	927	1.673
	16.842	14.569	16.842
Provisão para perdas nos estoques (*)	(2.786)	(3.375)	(2.786)
Total	14.056	11.194	14.056

(\*) Corresponde substancialmente à expectativa de perda com itens obsoletos e de giro lento.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(8.433)
Constituição de provisão	(555)
Reversão de provisão por baixa dos títulos	<u>5.613</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.375)
Baixa de itens do estoque	<u>589</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(2.786)</u>

## 7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
PIS e COFINS a recuperar (*)	3.714	972	3.714
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	935	1.368	935
Imposto sobre Serviços – ISS	187	-	187
Outros impostos a recuperar	<u>323</u>	<u>250</u>	<u>323</u>
Total	<u>5.159</u>	<u>2.590</u>	<u>5.159</u>

(\*) Refere-se substancialmente ao êxito em ação judicial, transitada em julgado, em 28 de fevereiro de 2019 e homologada pela a Secretaria da Receita Federal em 3 de setembro de 2019, que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R\$ 6.349 (R\$ 4.169 de principal e R\$ 2.180 de juros), contabilizados em outras receitas operacionais e receitas financeiras, respectivamente. Durante o exercício de 2019, a Companhia efetuou a compensação do respectivo crédito tributário com impostos federais a recolher, no montante de R\$ 2.775. Com base nas projeções financeiras da Companhia, o saldo deste crédito tributário será compensado na totalidade no exercício de 2020.

## 8 Indenizações a receber

Conforme previsto no contrato de compra e venda de cotas das empresas Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda. (“Rodosis”) em janeiro de 2008, Control Loc Tecnologia em Rastreamento de Veículos Ltda. (“Control Loc”) em março de 2008, Teletrim Telecom Ltda. (“Teletrim”) em janeiro de 2009 e ControlSat Informática e Serviços Ltda. (“ControlSat”) em agosto de 2009, os ex-sócios controladores dessas empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data de compra do controle das empresas. Se essas obrigações legais se consumarem como perda para a Companhia, esses ex-acionistas controladores reembolsarão a Companhia financeiramente.

Em 19 de junho de 2019, conforme alteração societária mencionada na nota explicativa nº 1, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., assumiu contratualmente a responsabilidade por contingências registradas em indenizações a receber que eram de responsabilidade dos ex-acionistas.

Atualmente existem saldos a serem indenizados tanto pelo acionista da Companhia como pelos ex-sócios, conforme resumido a seguir:

	Controladora e Consolidado		Controladora	
	31/12/2019		31/12/2018	
	Processos já materializados e já pagos	Riscos ainda não p agos, mas provisio nados no passivo (*)	Total	Total
A receber de ex-sócios	322	341	663	574
A receber do acionista da Companhia	6.304	4.523	10.827	10.895
Total das indenizações a receber	6.626	4.864	11.490	11.469
Ativo circulante	6.626	-	6.626	-
Ativo não circulante	-	4.864	4.864	11.469

(\*) Desse montante, R\$2.106 possuem como contrapartida a conta de impostos e contribuições parcelados (nota explicativa nº 21), R\$2.758 possuem como contrapartida a conta de provisão para riscos (nota explicativa nº 24) .

A movimentação de indenizações a receber é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.185
Adições de processo a receber dos acionistas da Companhia	103
Atualização monetária a receber dos acionistas	159
Adições de processo a receber de ex-sócios de empresa adquirida	76
Reversões por alteração de risco em contrapartida de provisão para riscos	(54)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.469
Reversões de processo a receber dos acionistas da Companhia	(168)
Atualização monetária a receber dos acionistas	100
Adições de processo a receber de ex-sócios de empresa adquirida	89
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.490

Em 31 de dezembro de 2019, o montante das indenizações a receber dos ex-sócios é de R\$663 (R\$574 em 2018). A liquidação dessas contas a receber está condicionada à consumação das perdas financeiras por conta dessas obrigações legais.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante das indenizações a receber do acionista da Companhia é de R\$10.827 (R\$10.895 em 2018). Os saldos poderão ser realizados futuramente por meio do recebimento de caixa ou mediante a compensação com participação societária. Do saldo em 31 de dezembro de 2019, R\$6.304 (R\$6.054 em 2018) referem-se a processos em que já houve o desembolso financeiro e R\$4.523 (R\$4.841 em 2018) referem-se a processos em que ainda não houve o pagamento e, conseqüentemente, existe uma correspondente provisão de riscos no passivo.

## 9 Ativo não circulante mantido para venda

A Controladora recebeu via aumento de capital, terreno localizado no município de Candeias – BA, que será utilizado para liquidação de parte da obrigação registrada em Outras Obrigações a Pagar, no montante de R\$ 14.410 - nota explicativa nº 1 (v)

## 10 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e pelos benefícios fiscais dos ágios incorporados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Adições temporariamente indedutíveis:			
Provisões de indenizações a pagar	2.496	-	2.496
Provisão para riscos	1.283	3.368	1.283
Provisão para perdas de estoques	947	1.148	947
Provisão para perdas de créditos esperadas	338	1.785	338
Provisões para serviços prestados	77	205	77
Outras provisões	1.057	750	1.057
Base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	59.630	60.114	59.630
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	<u>(6.597)</u>	<u>(9.391)</u>	<u>(6.597)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	59.231	57.979	59.231
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - realização do ágio incorporado	<u>(44.447)</u>	<u>(44.447)</u>	<u>(44.447)</u>
Total	<u>14.784</u>	<u>13.532</u>	<u>14.784</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 269.728 (R\$ 271.182 em 31 de dezembro de 2018), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A Administração da Companhia, após a revisão dos estudos e as projeções para avaliação da geração de resultados positivos futuros prováveis, para a qual os prejuízos fiscais possam ser compensados, identificou a necessidade de ajuste do no saldo de impostos diferidos no montante de R\$1.252, possibilitando a compensação futura dos créditos tributários nos próximos cinco anos.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Zatix estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

<b>Anos</b>	
2020	248
2021	2.654
2022	2.734
2023	3.951
2024	<u>5.197</u>
	<u><b>14.784</b></u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Em 2018, a Companhia efetuou a compensação de R\$575 do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos com valor de impostos e contribuições parcelados no âmbito da consolidação do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

**b. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Lucro/ (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.836	(9.494)	5.836
Alíquota combinada conforme a legislação fiscal vigente - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.984)	3.228	(1.984)
Não reconhecimento de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(6.597)	(9.391)	(6.597)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	7.416	6.163	7.416
Gastos com pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem	515	-	515
Compensação de prejuízo fiscal	<u>484</u>	<u>-</u>	<u>484</u>
Imposto de renda e contribuição social:	<u><u>166</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>166</u></u>
Correntes	(1.086)	-	(1.086)
Diferidos	1.252	-	1.252

## 11 Investimentos

- Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia.
- Em 3 de outubro 2019, a Companhia efetuou aumento de capital social de R\$ 14.410 na controlada BLCKD I Participações S/A. através de transferência de um terreno.

A composição dos investimentos é como segue:

	<b>31/12/19</b>
Investimentos (a)	14.410
	14.410

(a) Informações da controlada em 31 de dezembro de 2019

	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Lucro do exercício</b>	<b>Participação - %</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Investimentos</b>
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2019</b>
BLCKD I Participações S/A.	14.410	-	100	-	14.410
Total	<b>14.410</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>14.410</b>

## 12 Imobilizado

<b>Controladora</b>					
<b>31/12/19</b>					
	<b>Taxa anual de depreciação - %</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Rastreadores e equipamentos em comodato	14 a 20	44.764	(26.799)	17.965	17.889
Equipamentos de informática	10 a 33,33	11.727	(10.491)	1.236	1.739
Máquinas e equipamentos	5 a 20	1.753	(1.178)	575	595
Móveis e utensílios	6,7 a 14,6	1.415	(949)	466	540
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20 a 33,33	4.212	(3.979)	233	71
Outros	10 a 20	1.110	(1.055)	55	69
Total		<b>64.981</b>	<b>(44.451)</b>	<b>20.530</b>	<b>20.903</b>

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	31/12/17	Adições	Baixa	Depreciações	31/12/18
Rastreadores e equipamentos em comodato	19.103	4.780	(756)	(5.238)	17.889
Equipamentos de informática	1.985	304	-	(550)	1.739
Máquinas e equipamentos	693	53	-	(151)	595
Móveis e utensílios	603	13	17	(93)	540
Benfeitorias em propriedade de terceiros	156	-	(2)	(83)	71
Outros	90	-	-	(21)	69
<b>Total</b>	<b>22.630</b>	<b>5.150</b>	<b>(741)</b>	<b>(6.136)</b>	<b>20.903</b>
	<b>31/12/18</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Depreciações</b>	<b>31/12/19</b>
Rastreadores e equipamentos em comodato	17.889	5.213	(210)	(4.927)	17.965
Equipamentos de informática	1.739	148	-	(651)	1.236
Máquinas e equipamentos	595	60	-	(80)	575
Móveis e utensílios	540	15	-	(89)	466
Benfeitorias em propriedade de terceiros	71	242	-	(80)	233
Outros	69	-	-	(14)	55
<b>Total</b>	<b>20.903</b>	<b>5.678</b>	<b>(210)</b>	<b>(5.841)</b>	<b>20.530</b>

### 13 Direitos de uso

<b>Controladora e Consolidado</b>					
<b>31/12/19</b>					
	<b>Taxa anual de amortização - %</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Direito de uso de imóveis	16,67 a 33,33	5.035	(1.946)	3.089	-
Direito de uso de veículos	25	2.542	(925)	1.617	-
<b>Total</b>		<b>7.577</b>	<b>(2.871)</b>	<b>4.706</b>	<b>-</b>

A movimentação dos direitos de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	31/12/18	Adições	Amortizações	31/12/19
Direito de uso de imóveis	-	5.035	(1.946)	3.089
Direito de uso de veículos	-	2.542	(925)	1.617
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>7.577</b>	<b>(2.871)</b>	<b>4.706</b>

### 14 Intangível

<b>31/12/2019</b>				<b>31/12/2018</b>
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Ágio na aquisição de controladas (a):				
Control Loc	48.048	(15.225)	32.823	32.823
Rodosis	11.172	(11.172)	-	-

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
ControlSat	7.946	(7.946)	-	-
Ágio – CISR	<u>73.721</u>	<u>(3.686)</u>	70.035	<u>70.035</u>
	<u>140.887</u>	<u>(38.029)</u>	102.858	<u>102.858</u>
Outros intangíveis:				
Desenvolvimento de produtos e serviços				
(b)	48.002	(30.105)	17.897	20.065
Softwares (c)	<u>13.754</u>	<u>(12.294)</u>	1.460	<u>2.045</u>
	<u>61.756</u>	<u>(42.399)</u>	19.357	<u>22.110</u>
<b>Total</b>	<u><u>202.643</u></u>	<u><u>(80.428)</u></u>	<u><u>122.215</u></u>	<u><u>124.968</u></u>

- (a) Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém, são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração, com base nos orçamentos utilizando-se de informações disponíveis de desempenhos anteriores. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2019 e 2018. A determinação da recuperabilidade dos ativos são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.
- (b) Compreende gastos com desenvolvimento de produtos e serviços (substancialmente relacionados ao desenvolvimento de novos rastreadores e soluções tecnológicas para gestão de frotas e telemetria). A amortização é calculada pelo método linear, no prazo máximo de sete anos, a partir do início da comercialização dos produtos e/ou serviços. Em 2018, a Companhia reconheceu no resultado um “impairment” de R\$2.095 por descontinuidade operacional. O principal projeto no montante de R\$1.936 estava relacionado ao desenvolvimento de tecnologia de rastreamento por radiofrequência (“RF”).
- (c) Os softwares são amortizados à taxa média anual de 17,65%.

A movimentação dos outros ativos intangíveis é como segue:

	<b>31/12/2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortização</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2018</b>
Desenvolvimento de produtos e serviços	23.276	3.651	(4.767)	(2.095)	20.065
Softwares	<u>1.753</u>	<u>971</u>	<u>(679)</u>	-	<u>2.045</u>
<b>Total</b>	<u><u>25.029</u></u>	<u><u>4.622</u></u>	<u><u>(5.446)</u></u>	<u><u>(2.095)</u></u>	<u><u>22.110</u></u>
	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortização</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2019</b>
Desenvolvimento de produtos e serviços	20.065	2.613	(4.781)	-	17.897
Softwares	<u>2.045</u>	<u>169</u>	<u>(742)</u>	(12)	<u>1.460</u>
<b>Total</b>	<u><u>22.110</u></u>	<u><u>2.782</u></u>	<u><u>(5.523)</u></u>	<u><u>(12)</u></u>	<u><u>19.357</u></u>

Durante o exercício de 2018 houve a capitalização no ativo intangível de juros no montante de R\$172, referente a projetos em andamento para o desenvolvimento de produtos e serviços. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, esse valor foi deduzido das adições do intangível, por ser uma transação que não afetou o caixa das atividades de investimentos.

## 15 Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Materiais para estoques	8.918	5.509	8.918
Serviços e contas de consumo	6.280	2.869	6.280
Comunicação de dados por satélite	5.694	3.522	5.694
Telefonia de dados	1.566	1.267	1.566
Imobilizado	323	1.510	323
Total	22.781	14.677	22.781
Passivo circulante	21.107	14.677	21.107
Passivo não circulante	1.674	-	1.674

## 16 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Capital de giro (A)	39.240	43.958	39.240
Conta garantida (B)	5.059	-	5.059
Desconto de duplicatas (C)	2.630	-	2.630
Financiamento a fornecedores (D)	2.458	-	2.458
Financiamento de novos projetos – P&D	-	2.808	-
Total	49.387	46.766	49.387
Passivo circulante	24.238	41.936	24.238
Passivo não circulante	25.149	4.830	25.149

Instituição financeira	Referencia	Saldo 31/12/2019	Cronograma de amortização					Taxa de juros	Garantias e reciprocidade
			2020	2021	2022	2023	2024		
Banco Itaú Unibanco	A	14.087	1.222	4.540	4.540	3.785	-	CDI + 6% a.a.	71% de recebíveis de clientes e 29% de aplicação financeira e aval do acionista.
Money Plus	A	6.468	1.852	1.629	1.629	1.358	-	1,013% a 1,52% a.m.	50% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco CEF	A	5.002	2.859	2.143	-	-	-	CDI+0,40% a.m.	60% de recebíveis de clientes e 40% de aplicação financeira e aval do acionista.
Sicredi	A	3.079	21	858	600	600	400	CDI+0,75% a 1,1988% a.m.	67% de aplicação financeira
Banco Sofisa	A	2.833	1.708	1.125	-	-	-	CDI+0,65% a.m.	70% de recebíveis de clientes e 30% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco Safra	A	2.471	1.805	666	-	-	-	CDI+0,75% a 0,95% a.m..	De 40% até 100% de recebíveis de clientes e aval do acionista.
Banco Industrial	A	1.847	1.014	833	-	-	-	CDI+0,5% a.m.	90% de recebíveis de clientes e 10% de aplicação financeira e aval do acionista
Banco Bradesco	A	1.747	1.747	-	-	-	-	CDI+ 0,53% a 0,55% a.m.	100% de recebíveis de clientes
Banco Daycoval	A	981	538	443	-	-	-	1,1988% a.m.	60% de recebíveis de clientes
Banco ABC Brasil	A	558	558	-	-	-	-	CDI+7%a.a.	60% de aplicação financeira
Banco Pine	A	167	167	-	-	-	-	1,58% a.m.	50% de aplicação financeira
	<b>A</b>	<b>39.240</b>	<b>14.091</b>	<b>12.237</b>	<b>6.769</b>	<b>5.743</b>	<b>400</b>		
Banco Santander	B	2.949	2.949	-	-	-	-	1,76% a.m.	50% de recebíveis de clientes, 40% de aplicação financeira e 10% de título de capitalização.
Banco Safra	B	1.152	1.152	-	-	-	-	1,98% a.m.	Aval do acionista
Banco Sofisa	B	302	302	-	-	-	-	2% a.m.	Aval do acionista
Banco Daycoval	B	250	250	-	-	-	-	1,98% a.m.	Aval do acionista
Sicredi	B	249	249	-	-	-	-	2,85% a.m.	Aval do acionista
Banco Pine	B	157	157	-	-	-	-	1,98% a.m.	Aval do acionista
	<b>B</b>	<b>5.059</b>	<b>5.059</b>	-	-	-	-		
FIDC Banco Urbano	C	1.855	1.855	-	-	-	-	2,5% a.m.	100% de recebíveis de clientes ("contratos de clientes")
Banco Daycoval	C	225	225	-	-	-	-	1,58% a.m.	Aval do acionista
Asia Fomento Mercantil	C	550	550	-	-	-	-	1,6% a.m.	Aval do acionista
	<b>C</b>	<b>2.630</b>	<b>2.630</b>	-	-	-	-		
Banco Bradesco	<b>D</b>	<b>2.458</b>	<b>2.458</b>	-	-	-	-	1,59% a.m.	N/A
		<b>49.387</b>	<b>24.238</b>	<b>12.237</b>	<b>6.769</b>	<b>5.743</b>	<b>400</b>		

Não há “covenants” financeiros que possibilitem a declaração do vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	43.718
Novas captações	26.389
Pagamentos:	
Principal	(23.435)
Juros	<u>(5.521)</u>
Total dos pagamentos	(28.956)
Juros provisionados e encargos apropriados	5.443
Juros capitalizados	<u>172</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.766
Novas captações	46.014
Pagamentos:	
Principal	(43.485)
Juros	<u>(8.378)</u>
Total dos pagamentos	(51.863)
Juros provisionados e encargos apropriados	<u>8.470</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>49.387</u></u>

## **17 Debêntures a pagar**

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2016 foi aprovada pelo Conselho de Administração a primeira emissão privada de debêntures, com as seguintes características e condições:

- a.** Valor da emissão de até R\$20.000.
- b.** Três séries, sendo a primeira série no valor de R\$8.000 e a segunda e terceira séries no valor de R\$6.000 cada.
- c.** Tipo, forma e modo de subscrição e integralização – as debêntures serão nominativas escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- d.** Colocação das debêntures – a colocação será feita de forma privada e as debêntures não serão registradas para negociação em sistema organizado.
- e.** Espécie - as debêntures são da espécie subordinada, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, exclusivamente nas hipóteses de (i) inadimplemento da Companhia em pagar o valor das debêntures na data do vencimento, ou (ii) o vencimento antecipado das debêntures por descumprimento por parte da Companhia, de qualquer das suas obrigações previstas na escritura de emissão.
- f.** Prazo e vencimento – as debêntures terão prazo de vencimento de três anos, contados da data de emissão das debêntures da primeira série.

- g.** Remuneração – as debêntures farão jus a seguinte remuneração; (i) primeira série de R\$8.000, com juros CDI mais “spread” de 5% ao ano. (ii) segunda série de R\$6.000, com juros CDI mais “spread” de 7,5% ao ano. (iii) terceira série, com juros CDI mais “spread” de 10% ao ano.
- h.** Garantias- as debêntures não terão garantias, de qualquer tipo.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2019 foi aprovada a conversão das Debêntures em Capital Social na Companhia de R\$ 28.972;

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.052
Juros provisionados	<u>3.229</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.281
Juros provisionados	1.691
Conversão em Capital Social	<u>(28.972)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>-</u></u>

## 18 Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Contratos de alugueis de imóveis	3.071	-	3.071
Contratos de alugueis de veículos	<u>1.635</u>	<u>-</u>	<u>1.635</u>
Total	<u><u>4.706</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>4.706</u></u>
Passivo circulante	1.727	-	1.727
Passivo não circulante	2.979	-	2.979

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adição por adoção inicial CPC 06 (R2)	8.337
Reconhecimento de juros a apropriar	(739)
Principal	(2.892)
Juros	<u>(103)</u>
Total dos pagamentos	(2.995)
Juros provisionados	<u>103</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>4.706</u></u>

## 19 Salários, provisão para férias e encargos

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Salários a pagar	-	675	-
Participação nos lucros e resultados	2.125	2.034	2.125
Instituto nacional de seguridade social – INSS	2.673	649	2.673
Fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS	253	221	253
Provisão para férias e encargos sociais	3.160	3.107	3.160
Outros	21	66	21
	8.232	6.752	8.232
Total	8.232	6.752	8.232

## 20 Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	606	513	606
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	476	229	476
Imposto sobre serviços – ISS	453	188	453
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	364	180	364
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	257	404	257
Programa integração social – PIS	94	50	94
Outros	303	146	303
	2.553	1.710	2.553
Total	2.553	1.710	2.553

## 21 Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Instituto nacional de seguridade social – INSS	3.326	836	3.326
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	2.200	667	2.200
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (*)	2.178	2.234	2.178
Imposto sobre serviços – ISS	906	675	906
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	698	-	698
Programa de integração social – PIS	405	208	405
Programa especial de regularização tributária (PERT)	-	295	-
Outros	13	-	13
	9.726	4.915	9.726
Total	9.726	4.915	9.726
Passivo circulante	2.203	1.232	2.203
Passivo não circulante	7.523	3.683	7.523

(\*) Refere-se ao parcelamento obtido da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, em 120 meses, relativo a débito da empresa Rodosis Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008. O saldo a pagar possui como contrapartida a conta de indenizações a receber (nota explicativa nº 8).

## 22 Partes relacionadas

### Ativo circulante e não circulante

O saldo a receber de partes relacionadas de R\$21.346 em 31 de dezembro de 2019 é representado por contrato de mútuo com Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. (acionista) sujeitos a juros de 1,64% ao mês, com prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2021.

A movimentação de partes relacionadas no ativo circulante e não circulante é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Cessão de obrigação – nota explicativa -nº 1 (v)	14.562
Valores recebidos	5.179
Valores de ressarcimento de despesas a pagar	1.571
Juros provisionados	<u>34</u>
 Saldo em 31 de dezembro de 2019	 21.346
 Ativo circulante	 14.562
Ativo não circulante	6.784

### Passivo não circulante

O saldo a pagar a partes relacionadas de R\$4.665 em 31 dezembro de 2018 era representado por contrato de financiamento para compras junto a fornecedores, firmados com Suppliecard Administradora de Cartões de Crédito S.A. (empresa do grupo do ex-acionista Pátria), sujeitos a juros de 1,77% ao mês, com prazo de vencimento de até 3 meses.

Em 31 de outubro de 2019 o contrato de financiamento foi liquidado integralmente.

A movimentação de partes relacionadas no passivo circulante é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.697
Novas contratações	15.075
Pagamentos:	
Principal	(12.196)
Juros	<u>(657)</u>
 Total dos pagamentos	 (12.853)
Juros provisionados	746
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.665
Novas contratações	8.611
Pagamentos:	
Principal	(13.050)
Juros	(919)
Total dos pagamentos	(13.969)
Juros provisionados	693
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-

## 23 Benefícios fiscais

### a. ICMS

A Companhia possui no Estado de Minas Gerais benefícios que dão direito à isenção e às restituições de impostos, que asseguram o direito ao diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado, na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de seus produtos, na aquisição, por meio de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, exceto energia elétrica e serviço de comunicação, e na importação de produtos de informática, telecomunicação, eletrônicos e eletroeletrônicos, além de recuperar o ICMS na figura do crédito presumido. Os benefícios fiscais são contabilizados diretamente ao resultado, a título de crédito presumido do ICMS, na rubrica “Deduções de vendas”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$450 e R\$372, respectivamente.

### b. IPI

A Companhia possui projeto aprovado no Ministério da Ciência e Tecnologia que possibilita, conforme previsto na legislação, a redução de 80% na alíquota do IPI relativa aos produtos produzidos (rastreadores e terminais) em Minas Gerais. Para fazer jus à redução do IPI, a Companhia deve investir anualmente em atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação, a serem realizadas no País, no mínimo 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos contemplados com a redução do imposto, deduzidos dos tributos correspondentes a tal comercialização.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$3.716 e R\$1.697, respectivamente.

## 24 Provisão para riscos e depósitos judiciais

### 24.1 Provisões contabilizadas

A Administração da Companhia, com base nas posições dos seus assessores jurídicos, registrou provisão para cobrir prováveis perdas com os processos trabalhistas e cíveis em andamento e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. A composição é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Tributários	-	130	-
Trabalhistas (a)	1.070	644	1.070
Obrigações com terceiros (b)	2.839	2.759	2.839
Cíveis (c)	5.266	6.373	5.266
Total	<u>9.175</u>	<u>9.906</u>	<u>9.175</u>

- (a) Referem-se, substancialmente, a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda em discussão judicial.
- (b) Referem-se a saldo de provisão de estimativa de honorários advocatícios sobre processos tributários (“success fee”), com classificação de risco possível.
- (c) Referem-se, principalmente, a ações movidas por clientes pleiteando danos morais em decorrência da alegação de falhas nos serviços prestados.

Em 31 de dezembro de 2019, parte das provisões, no valor de R\$2.410, é oriunda das empresas que a Companhia adquiriu no passado e relativa ao período anterior ao acordo de associação dos acionistas. Nesse caso, conforme previsto no contrato de compra e venda dessas empresas e o acordo de associação, os ex-sócios controladores das empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data da compra do controle das empresas e do respectivo acordo. As provisões têm como contrapartida a conta do ativo não circulante de indenizações a receber e quando se consumarem serão reembolsadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

A movimentação das provisões é como segue:

	<b>31/12/2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>31/12/2018</b>
Tributários	130	-	-	-	130
Trabalhistas	737	413	(87)	(419)	644
Obrigações com terceiros	2.331	428	-	-	2.759
Cíveis	<u>7.095</u>	<u>1.916</u>	<u>(335)</u>	<u>(2.303)</u>	<u>6.373</u>
<b>Total</b>	<u>10.293</u>	<u>2.757</u>	<u>(422)</u>	<u>(2.722)</u>	<u>9.906</u>
	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>31/12/2019</b>
Tributários	130	-	(130)	-	-
Trabalhistas	644	728	(19)	(283)	1.070
Obrigações com terceiros	2.759	80	-	-	2.839
Cíveis	<u>6.373</u>	<u>1.368</u>	<u>(573)</u>	<u>(1.902)</u>	<u>5.266</u>
<b>Total</b>	<u>9.906</u>	<u>2.176</u>	<u>(722)</u>	<u>(2.185)</u>	<u>9.175</u>

Contingências com probabilidade de perda possível: A Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para essas não há necessidade de provisão, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os passivos contingentes estão assim representados:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>
Tributários	136.667	142.725	136.667
Trabalhistas	13.850	12.243	13.850
Cíveis	<u>2.385</u>	<u>1.998</u>	<u>2.385</u>
<b>Total</b>	<u>152.902</u>	<u>156.966</u>	<u>152.902</u>

## **24.2 Contingências passivas para as quais não há provisões**

Os processos tributários mais relevantes, classificados como probabilidade de perda possível, são descritos a seguir:

### **a. ICMS sobre prestação de serviços de comunicação**

Em 2013, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo emitiu autos de infração fiscal, relativo ao período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$109.770 (já acrescidos de multa e juros). Desse montante, R\$74.011 referem-se à Zatix e R\$35.759 a TLT Monitoramento Ltda. (empresa incorporada pela Zatix em novembro de 2009).

No entendimento da Secretaria da Fazenda, a Companhia deixou de recolher ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação, na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículos e cargas com base nas disposições contidas no Convênio ICMS do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ nº 139, de 2006.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o respectivo convênio não se aplica à prestação de serviços (licenciamento de uso de software, processamento de dados, monitoramento, locação e assistência técnica) realizados pela Companhia, por não guardar qualquer relação com prestação de serviços de comunicação. Para essas prestações de serviços, a Companhia recolhe ISS de acordo com a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), em sede de recurso repetitivo, já definiu que os provedores de acesso não prestam serviços de telecomunicação, pois se utilizam de tais serviços como insumo para a sua atividade. Este precedente pode ser aplicado de forma análoga às atividades desenvolvidas pela Zatix, uma vez que a Companhia, para a sua atividade, também se vale dos serviços de telecomunicação de terceiros, na condição de usuária

### **b. IRPJ e CSLL**

Em 22 de dezembro de 2015, a Secretaria da Receita Federal emitiu auto de infração fiscal relativo ao período de 2009 a 2013, no montante de R\$12.516 (já acrescidos de multa e juros) e também glosou prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$165.399. No entendimento da Secretaria da Receita Federal: (i) na reorganização societária que ocorreu entre 2007 a 2009, a Companhia se utilizou de pessoas jurídicas interpostas para investirem na requerente, apenas com o propósito de gerar economia tributária decorrente da amortização fiscal dos ágios reconhecidos por essas supostas “empresas veículos”. Por esse motivo glosou as despesas dos ágios gerados pela Telematics, CISR, CEG, Mobisat e Zatix Participações; e (ii) Glosou despesas de amortização do ágio reconhecido na aquisição direta da empresa Controlloc, sob alegação de que a Companhia teria cometido erro no cálculo do ágio gerado na transação. De acordo com o entendimento da fiscalização, o patrimônio líquido negativo da empresa Controlloc deveria ter sido descontado do valor do ágio apurado na transação.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que todas as operações que são objeto do presente processo encontravam-se plenamente revestidas de propósito negocial e substância econômica e foram feitas entre partes não relacionadas, a valores justos de mercado. Ainda mais relevante, essas operações foram realizadas no contexto de uma associação que tinha como objetivo final e principal formar a maior e mais completa Companhia de tecnologia e soluções para rastreamento de veículos do Brasil.

Em 13 de junho de 2018, no julgamento realizado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ocorreu decisão favorável a Companhia, para o item (i) do auto de infração. Companhia aguarda a intimação da Secretaria da Receita Federal para eventual Recurso Especial para o item (ii).

### 24.3 Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia mantém depósitos judiciais conforme a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>
Tributários	346	337	346
Trabalhistas	86	93	86
Cíveis	912	906	912
<b>Total</b>	<b>1.344</b>	<b>1.336</b>	<b>1.344</b>

## 25 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 215.644 (R\$197.480 em 31 de dezembro de 2018, representado respectivamente por 69.507.684 e 59.787.424 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e pertencente aos seguintes acionistas:

	<b>Quantidade de ações</b>
Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda.	69.507.684

### b. Reserva legal

Calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, até o limite de 20% do capital social.

### c. Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia. De acordo com a Lei da S/A, o lucro líquido auferido no exercício, foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados da Companhia.

## 26 Lucro/ (Prejuízo) por ação – básico e diluído

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básicos por ação:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Resultado básico por ação:		
Numerador:		
Lucro (Prejuízo) do exercício	6.002	(9.494)
Denominador (em milhares de reais):		
Média ponderada de número de ações ordinárias – em milhares	66.373	59.787

Resultado básico por ação – em reais 0,090 (0,159)

## 27 Remuneração de administradores

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os honorários dos administradores foram de R\$1.480 e R\$2.615, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo).

## 28 Receita líquida de vendas e serviços

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Receita Bruta			
Vendas de produtos e mercadorias	40.483	29.669	40.483
Licença de uso de software	87.912	76.110	87.912
Comunicação e processamento de dados	24.015	20.504	24.015
Serviços de assistência técnica	13.006	11.365	13.006
Monitoramento (auxílio na localização)	7.940	9.172	7.940
Locações	66	288	66
	<u>173.422</u>	<u>147.108</u>	<u>173.422</u>
Deduções de vendas			
Impostos sobre vendas de produtos e mercadorias	(10.793)	(7.894)	(10.793)
Impostos sobre vendas de serviços	(12.088)	(11.002)	(12.088)
Devoluções de vendas	(1.232)	(1.483)	(1.232)
	<u>(24.113)</u>	<u>(20.379)</u>	<u>(24.113)</u>
Receita líquida de vendas de produtos e serviços	<u>149.309</u>	<u>126.729</u>	<u>149.309</u>

## 29 Custos e despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados			
Produtos e mercadorias vendidas	(24.431)	(15.398)	(24.431)
Telefonia de dados e comunicação de dados por satélite	(21.535)	(17.563)	(21.535)
Salários, provisões, encargos e benefícios	(20.476)	(21.084)	(20.476)
Depreciações e amortizações	(11.757)	(10.094)	(11.757)
Data center, telemetria e licença de uso	(8.301)	(6.390)	(8.301)
Viagens e deslocamentos	(2.354)	(2.146)	(2.354)
Custos com imóveis alugados	(728)	(1.915)	(728)
Aluguéis de automóveis, máquinas e equipamentos	(213)	(1.180)	(213)
Outras	(2.682)	(467)	(2.682)
	<u>(92.477)</u>	<u>(76.237)</u>	<u>(92.477)</u>
Total			
Despesas gerais e administrativas			
Salários, provisões, encargos e benefícios	(11.291)	(9.935)	(11.291)
Depreciações e amortizações	(2.478)	(1.488)	(2.478)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>
Assessorias técnicas, financeira e contábil	(1.829)	(1.133)	(1.829)
Honorários advocatícios e de auditoria	(1.431)	(1.472)	(1.431)
Honorários e gratificações a Administradores	(1.480)	(2.615)	(1.480)
Despesas com imóveis alugados	(1.307)	(2.602)	(1.307)
Consultoria em tecnologia da informação	(762)	(747)	(762)
Manutenção e licenciamento de software	(340)	(1.336)	(340)
Materiais e serviços de consumo	(82)	(542)	(82)
Outras	(2.310)	(1.567)	(2.310)
<b>Total</b>	<b>(23.310)</b>	<b>(23.437)</b>	<b>(23.310)</b>
<b>Despesas com vendas</b>			
Salários, provisões, encargos e benefícios	(7.568)	(6.979)	(7.568)
Comissões de vendas	(4.698)	(4.065)	(4.698)
Propaganda e publicidade	(1.690)	(607)	(1.690)
Viagens e deslocamentos	(1.048)	(897)	(1.048)
Perda com créditos de clientes	(474)	(734)	(474)
Telefonia fixa, celular e internet	(43)	(179)	(43)
Outras	(348)	(266)	(348)
<b>Total</b>	<b>(15.869)</b>	<b>(13.727)</b>	<b>(15.869)</b>
<b>Outras despesas operacionais, líquidas</b>			
Ajuste a valor justo- <b>nota explicativa nº 9</b>	10.658	-	10.658
Crédito tributário PIS e da COFINS – nota explicativa <b>nº 1(iii)</b>	4.169	-	4.169
Indenizações contratuais-nota explicativa <b>nº 1(v)</b>	(7.018)	-	(7.018)
Perdas de estoques	(2.534)	-	(2.534)
Manutenção de ativo imobilizado	(1.867)	(889)	(1.867)
Despesas e impostos com sucateamento de estoques	(1.738)	(2.654)	(1.738)
Provisão para riscos	(1.374)	(1.907)	(1.374)
Baixa e provisão para perda de ativo imobilizado e intangível	(222)	(2.836)	(222)
Provisão (Reversão) para obsolescência de estoques	589	(555)	589
Outras	(887)	54	(887)
<b>Total</b>	<b>(224)</b>	<b>(8.787)</b>	<b>(224)</b>

### 30 Obrigações e compromissos

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- a. Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia e comunicação de dados por satélite da Companhia, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os custos relacionados a esses contratos foram de R\$21.535 e R\$17.563, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado, na rubrica “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”. Com base nos contratos vigentes, a Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos no exercício de 2019.

- b. Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais da Companhia é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os gastos relacionados a esses contratos foram de R\$5.030 e R\$4.517 respectivamente e a administração não espera alterações significativas desses valores para 2020. Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), sendo o reajuste calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços.
- c. Fianças bancárias - com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas, usadas como garantia de contratos de aluguéis e financiamento do FINEP, apresentado na nota explicativa nº 16, totalizam R\$3.239 em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.450 em 2018).
- d. Seguro garantia – contratado para garantia em processo judicial tributário, R\$3.332 em 31 de dezembro de 2019.

### 31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias e reduzir a exposição aos riscos de mercado, à moeda e taxa de juros. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

Abaixo apresentamos os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 dezembro de 2018;

#### Consolidado

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	17.964	13.499	17.964	13.499
Contas a receber	Custo amortizado	15.310	12.704	15.310	12.704
Indenizações a receber	Custo amortizado	11.490	11.469	11.490	11.469
Partes relacionadas	Custo amortizado	6.784	-	6.784	-
Ativo não circulante mantido para venda	Valor justo por meio do resultado	14.410	-	14.410	-
Depósitos judiciais	Valor justo por meio do resultado	1.344	1.336	1.344	1.336
Outras contas a receber	Custo amortizado	929	917	929	917
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>68.231</b>	<b>39.925</b>	<b>68.231</b>	<b>39.925</b>

	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor Justo	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<b>Passivos Financeiros</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	22.781	14.677	22.781	14.677
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	49.387	46.766	49.387	46.766
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	4.706	-	4.706	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	4.665	-	4.665
Debêntures a pagar	Custo amortizado	-	27.281	-	27.281
Outras obrigações a pagar	Custo amortizado	14.410	-	14.410	-
Adiantamentos de clientes	Custo amortizado	55	235	55	235
<b>Total dos passivos financeiros</b>		<b>91.339</b>	<b>93.624</b>	<b>91.339</b>	<b>93.624</b>

### Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão relacionados à variação do CDI para operações de empréstimos e financiamentos. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI vigente em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável para o ano 2020, sendo calculadas variações de 25% a 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de caixa de vencimentos programados. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 4,14% para o ano 2020, respectivamente, e esse definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	4,14%	5,18%	6,21%
Valor dos empréstimos e financiamentos		49.387	49.387	49.387
Despesa financeira estimada		2.045	2.558	3.067

Gerenciamento de riscos - os principais riscos que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

- (a) **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos devido aos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019:				
Empréstimos e financiamentos	28.700	14.477	7.348	50.525

Como os valores inclusos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

- (b) **Risco de crédito:** a base de clientes da Companhia é bastante diversificada. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.
- (c) **Risco de taxas de juros e inflação:** o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a CDI, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.
- (d) **Gestão de capital:** o objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha “rating” de crédito e relação de capital adequados, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	49.387	46.766
Debêntures	-	27.281
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.964)</u>	<u>(13.499)</u>
Dívida líquida (A)	<u>31.423</u>	<u>60.548</u>
Patrimônio líquido (B)	120.371	96.205
(=) Índice de endividamento (A/B)	<u>26,1%</u>	<u>62,9%</u>

- (e) Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui exposição aos riscos de câmbio para fornecedores estrangeiros. O valor da exposição cambial passiva é de R\$1.478.

## 32 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras:				
Juros sobre crédito tributário do PIS e da COFINS	2.277	-	2.277	-
Juros sobre contratos de clientes	661	426	661	426
Rendimentos sobre aplicações financeiras	469	185	469	185
Juros ativos	443	467	443	467
Juros sobre indenizações a receber	100	159	100	159
Variações cambiais sobre fornecedores	58	214	58	214
Demais receitas financeiras	<u>43</u>	<u>56</u>	<u>43</u>	<u>56</u>
Total	<u>4.051</u>	<u>1.507</u>	<u>4.051</u>	<u>1.507</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.470)	(5.615)	(8.470)	(5.615)
Juros sobre impostos e contribuições	(2.078)	(1.354)	(2.078)	(1.354)
Juros passivos	(1.886)	(1.204)	(1.886)	(1.204)
Juros sobre debêntures	(1.691)	(3.229)	(1.691)	(3.229)
Despesas bancárias	(1.206)	(812)	(1.206)	(812)
Demais despesas financeiras	512	(2.919)	512	(2.919)
Total	(14.819)	(15.133)	(14.819)	(15.133)
Resultado financeiro	(10.768)	(13.626)	(10.768)	(13.626)

### 33 Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

<b>Modalidade</b>	<b>Importância Segurada</b>
Responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores.	100.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubos e alagamentos e inundação).	15.844
Lucros cessantes	7.800
Riscos financeiros na modalidade judicial para execução fiscal	4.429

### 34 Itens que não afetam o caixa

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Aumento de capital com conversão de Debêntures	28.972	-
Cessão de dívida do acionista para a Companhia	14.410	-
Ajuste a valor justo	10.658	-
Aumento de capital na companhia com imóvel do acionista	3.602	-
Aumento de capital com imóveis	3.752	-
Capitalização de juros sobre intangível em andamento	-	172
Compensação de impostos diferidos versus impostos parcelados	-	575
Redução de capital com saldo de mutuo com parte relacionada	(14.410)	-
Total	46.984	747

## **35 Eventos Subsequentes**

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou o surto de COVID-19 como uma pandemia global. À medida que o vírus se espalha, o impacto nas empresas e nos mercados se faz sentir em todo o mundo. A extensão do efeito no desempenho operacional e financeiro da Companhia dependerá de eventos futuros, incluindo a duração, disseminação e intensidade das respostas à pandemia, assim como das providências governamentais, regulatórias e do setor privado, todas ainda incertas e difíceis de prever neste momento. Projeções feitas pelo Banco Mundial, economistas e pela imprensa especializada já estimam um forte impacto no PIB do Brasil e uma elevada alta no desemprego, acompanhados de uma forte redução no consumo das famílias. Adicionalmente, tão logo do início do surto no Brasil, a estratégia de gestão de caixa passou a privilegiar o aumento da liquidez da Companhia. Espera-se impactos nos fluxos de caixa da Companhia, ocasionado por aumento de prazo de recebimento dos clientes, a partir do 2º trimestre de 2020, embora possa ser um evento temporário e de curto prazo.

Nesse sentido, até a divulgação das Demonstrações Financeiras de 2019, ainda não haviam informações suficientes para se projetar adequadamente, eventuais perdas decorrentes da pandemia do COVID-19. Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. A Companhia vem realizando diferentes iniciativas visando readequar a sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

Em abril a Companhia foi a mercado e captou empréstimo de R\$ 15.000, por prazo de 4 a 36 meses que aumentou a disponibilidade de fluxo de caixa, neste momento de pandemia.

\* \* \*

Eduardo Leite Cruz Lacet  
Presidente

Cristiane Akiko Momoi  
Vice Presidente

Alexandre Ferreira da Silva  
Diretor Financeiro – CRC 1SP 181.366/O-9

**Zatix Tecnologia S.A.**

CNPJ/MF nº 03.585.974/0001-72

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas: A Administração da Zatix Tecnologia S.A. submete à apreciação de seus acionistas as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais – R\$)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais – R\$)			
Ativo	Nota	Controladora	Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora	Consolidado
	explicativa	31/12/2019	31/12/2018		explicativa	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.964	13.499	Fornecedores	15	21.107	14.677
Contas a receber	5	15.167	12.670	Empréstimos e financiamentos	16	24.238	41.936
Estoques	6	14.056	11.194	Debêntures a pagar	17	–	27.281
Impostos a recuperar	7	5.159	2.590	Arrendamentos a pagar	18	1.727	–
Indenizações a receber	8	6.626	–	Salários, provisão para férias e encargos	19	8.232	6.752
Partes relacionadas	22	14.562	–	Imposto de renda e contribuição social a recolher		943	–
Outras contas a receber		895	863	Impostos a recolher	20	2.553	1.710
Ativo não circulante mantido para venda	9	–	–	Impostos e contribuições parcelados	21	2.203	1.232
Total do ativo circulante		74.429	40.816	Partes relacionadas	22	–	4.665
<b>Não circulante</b>				Outras obrigações a pagar	1 (v)	28.972	–
Contas a receber	5	143	34	Adiantamentos de clientes		55	235
Indenizações a receber	8	4.864	11.469	Total do passivo circulante		90.030	98.488
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	14.784	13.532	Fornecedores	15	1.674	–
Depósitos judiciais	24.3	1.344	1.336	Empréstimos e financiamentos	16	25.149	4.830
Partes relacionadas	22	6.784	–	Arrendamentos a pagar	18	2.979	–
Outras contas a receber		34	54	Indenizações a pagar	1 (v)	7.342	–
Total do ativo realizável a longo prazo		27.953	26.425	Impostos e contribuições parcelados	21	7.523	3.683
Investimentos	11	14.410	–	Provisão para riscos	24.1	9.175	9.906
Imobilizado	12	20.530	20.903	Total do passivo não circulante		53.842	18.419
Direito de uso	13	4.706	–				
Intangível:				<b>Patrimônio líquido</b>			
Ágio na aquisição de investimentos	14	102.858	102.858	Capital social	25	215.644	197.480
Outros intangíveis	14	19.357	22.110	Prejuízos acumulados		(95.273)	(101.275)
Total do ativo não circulante		189.814	172.296	Total do patrimônio líquido		120.371	96.205
<b>Total do ativo</b>		264.243	213.112	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		264.243	213.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais – R\$, exceto o valor por ação)			
	Nota	Controladora	Consolidado
	explicativa	31/12/2019	31/12/2018
<b>Receita líquida de vendas serviços</b>	28	149.309	126.729
<b>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>	29	(92.477)	(76.237)
<b>Lucro bruto</b>		56.832	50.492
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	29	(23.310)	(23.437)
Com vendas	29	(15.869)	(13.727)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	5	(825)	(409)
Outras despesas operacionais, líquidas	29	(224)	(8.787)
<b>Lucro operacional</b>		16.604	4.132
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	32	4.051	1.507
Despesas financeiras	32	(14.819)	(15.133)
		(10.768)	(13.626)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		5.836	(9.494)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	10.b	(1.086)	–
Diferidos	10.b	1.252	–
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		6.002	(9.494)
<b>Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído – R\$</b>	26	0,0086	(0,159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais – R\$)				
	Controladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	6.002	(9.494)	6.002	
Outros resultados abrangentes	–	–	–	
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	6.002	(9.494)	6.002	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais – R\$)				
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
	explicativa			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		197.480	(91.781)	105.699
Prejuízo do exercício		–	(9.494)	(9.494)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		197.480	(101.275)	96.205
Aumento de capital com conversão de debêntures, conforme AGE de 30 de junho	1(ii)	28.972	–	28.972
Aumento de capital com integralização de terreno, conforme AGE de 25 de setembro		3.602	–	3.602
Redução de capital mediante a redução de saldo com parte relacionada, conforme AGE de 31 de outubro	1(vi)	(14.410)	–	(14.410)
Lucro do exercício		–	6.002	6.002
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		215.644	(95.273)	120.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional** – A Zatix Tecnologia S.A. (“Zatix” ou “Companhia”) localizada na Rua Bonnard, 980, Barueri, São Paulo, tem por objetivo a disponibilização de soluções de tecnologia no mercado de telemática “B2B”, para que seus clientes, sejam eles pequenas médias e grandes empresas, as utilizem na gestão de suas frotas veiculares (para gerenciamento de riscos e logística). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui insuficiência de capital circulante líquido controladora e consolidado respectivamente de R\$ 15.601 e R\$1.191 (R\$57.672 (controladora) em 31 de dezembro de 2018). Neste contexto, destacamos abaixo as principais ações tomadas pela administração da Companhia que levaram a redução da insuficiência de capital de circulante líquido em 2019: • Alongamento de prazo de pagamento do endividamento bancário, com novas contratações de empréstimos e em renegociação dos existentes. • Conversão das debêntures em capital social da Companhia. Mesmo com a insuficiência de capital circulante líquido em 2019, a Administração não vê problema quanto à liquidação das dívidas de curto prazo, uma vez que: • Há projeção de fluxos de caixa operacionais no exercício de 2020, substancialmente respaldados pela geração de fluxos de caixas dos contratos firmados com clientes que tem prazo inicial de 24 a 36 meses. • Há linhas de créditos disponíveis para a Companhia. **Eventos significativos do exercício 2019:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreram, principalmente, os seguintes eventos que alteraram as demonstrações financeiras da Companhia: (i) Em 19 de junho de 2019, (a) os acionistas da Companhia efetuarão a venda da totalidade de suas respectivas participações para Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., empresa situada em Guarabira na PB, que disponibiliza soluções de tecnologia para rastreamento e monitoramento de bens e pessoas; (b) A Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. celebrou com o ex-acionista – Fundo de Investimento Pátria, um contrato de compra e venda de Debêntures e Outras Avenças, mediante o pagamento do preço de compra das Debêntures, no valor total de R\$ 28.972; (ii) Em 30 de junho de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral e Extraordinária à conversão das debêntures em capital social na Companhia, com o aumento de capital em R\$ 28.972; (iii) Em 3 de setembro 2019, a Secretaria da Receita Federal efetuou a habilitação do crédito tributário de PIS e da COFINS, decorrente de decisão judicial transitada em julgado em 28 de fevereiro de 2019 no valor de R\$ 6.349 (R\$ 4.169 de principal e R\$ 2.180 de juros), contabilizados em outras receitas operacionais e receitas financeiras, respectivamente, que questionava a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS; (iv) Em 25 de setembro de 2019, o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda., efetuou a cessão de ações da sua controlada BLCKD I Participações S/A para Companhia; (v) Em 17 de outubro de 2019, (a) o acionista Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. cedeu a Companhia, a obrigação de pagamento do preço de compra das debêntures, no valor de R\$ 28.972, a ser cumprida mediante a dação em pagamento até 31 de julho de 2020, ao ex-acionista, Fundo de Investimento Pátria, de ações representativas, da totalidade do capital social da controlada da Companhia a BLCKD I Participações S/A, cujo patrimônio será composto unicamente, por dois imóveis. A Companhia recebeu o primeiro imóvel em setembro de 2019, via aumento de capital, terreno localizado no município de Candeias-BA, no valor de R\$ 14.410 (nota explicativa nº 9), o qual será utilizado para amortização da obrigação registrada em Outras Obrigações a Pagar. O segundo imóvel, para liquidação integral da obrigação a pagar será transferido via aumento de capital em 2020. (b) Em decorrência do evento de 19 de junho, foi assinado instrumento de rescisão e confissão de dívida, relativo à indenização contratual a ex-diretores estatutários de R\$ 7.342 em 31 de dezembro de 2019 (principal R\$ 7.018 e juros R\$ 324), a ser corrigido pela variação da taxa DI, acrescidos de juros remuneratórios de 3% ao ano. (vi) Em 31 de outubro de 2019, a Companhia efetuou a redução de Capital Social, no montante de R\$ 14.410, decorrente da cessão que ocorreu em 17 de outubro de 2019 (v). **2. Declaração da Administração e base de apre-**

**sentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais práticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 2.18. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía investida, de forma que não estão sendo apresentados saldos consolidados comparativos referentes ao período. Em 2019 a Companhia possui 100% das ações da BLCKD I Participações S/A. **2.2. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 28 de maio de 2020. **2.3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: Estas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção das práticas contábeis apresentadas na nota explicativa nº 2.18, nas quais foram adotadas a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019. **2.4. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.5. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.6. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. **2.7. Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, itens danificados ou deteriorados e estoques de baixa movimentação, quando aplicável. **2.8. Ativo não circulante mantido para venda:** A Companhia e sua controlada classificam um ativo não circulante como disponível para a venda se o seu valor contábil for recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros. Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo disponível para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação, a menos que eventos fora do controle da Companhia e sua controlada alterem esse período. O ativo não circulante mantido para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultado do exercício. **2.9. Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, considerando a vida útil-econômica dos bens. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável, bem como, para rastreadores em comodato, a Companhia constitui provisão para desvaloriza-

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora	Consolidado
	explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (Prejuízo) do exercício		6.002	(9.494)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	12,13,14	14.235	11.582
Baixa e provisão de ativo imobilizado e intangível	12,14	222	2.836
Ajuste a valor justo	29	(10.658)	–
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques	6	(589)	555
Provisão de ajuste a valor presente – contas a receber		–	(25)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	825	409
Provisão de ajuste a valor presente – fornecedores		76	223
Constituição de provisão para riscos	24.1	1.454	2.335
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	(1.252)	–
Atualização monetária sobre fornecedores		124	–
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	16	8.470	5.443
Juros sobre debêntures	17	1.691	3.229
Juros sobre contratos com partes relacionadas – mutuo passivo	22	693	746
Juros sobre indenizações a pagar	1 (v)	324	–
Juros sobre arrendamento a pagar	18	103	–
Juros sobre crédito tributário do PIS e da COFINS	32	(2.277)	–
Atualização monetária sobre indenizações a receber	8	(100)	(159)
Juros sobre contratos com partes relacionadas – mutuo ativo	22	(34)	–
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		(44)	(21)
Juros e atualização monetária		–	359
Outras provisões (Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(3.431)	(493)
Estoques		(2.273)	(1.629)
Impostos a recuperar		(292)	(729)
Depósitos judiciais		36	270
Indenizações a receber		79	(125)
Outras contas a receber		(12)	(295)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		7.541	1.318
Salários, provisão para férias e encargos		1.480	492
Impostos e contribuições a recolher		1.929	259
Impostos e contribuições parcelados		4.811	(266)
Indenizações a pagar		7.018	–
Pagamento de provisão para riscos	24.1	(2.185)	(2.722)
Adiantamentos de clientes		(180)	199
Imposto de Renda e Contribuição Pagos		(143)	–
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(8.378)	(5.521)
Pagamento de juros de arrendamentos a pagar	18	(103)	–
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	22	(919)	(657)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		24.243	8.249
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao imobilizado	12	(7.015)	(5.150)
Adições ao intangível	14	(2.782)	(3.670)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(9.797)	(8.820)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	16	46.014	26.389
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(43.485)	(23.435)
Pagamentos de arrendamentos a pagar	18	(2.892)	–
Partes relacionadas (mutuo ativo) – valores cedidos	22	(5.179)	–
Partes relacionadas (mutuo passivo) – valores pagos e recebidos	22	(4.439)	2.879
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(9.981)	5.833
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		4.465	5.262
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo inicial	4	13.499	8.237
Saldo final	4	17.964	13.499
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		4.465	5.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

zação. A Companhia efetua periodicamente a revisão da vida útil-econômica dos bens e não identificou alterações relevantes. **2.10. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis gerados internamente: gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições: • A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda. • A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de usar ou vender o ativo intangível. • Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros. • A disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. **2.11. Avaliação do valor**

continua ...

... continuação

Zatix Tecnologia S.A.

**recuperável dos ativos (Impairment):** Os bens do imobilizado e do intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.12. Ágio:** A Companhia registra nesse subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos. A partir de 01 de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados, porém são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. **2.13. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **• Impostos correntes:** a provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **• Impostos diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetem as bases tributárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **2.14. Provisão para riscos:** As provisões são reconhecidas pela Companhia quando possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. Considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes, os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas. **2.15. Reconhecimento da receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (a) A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos. (b) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos. (c) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. (d) É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para Companhia. (e) Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando ocorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização. As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias (por exemplo: rastreadores), serviços de monitoramento (auxílio na localização), licenciamento de uso de software, comunicação de dados por satélite, assistência técnica e locação. **2.16. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais. **2.17. Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial** O contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o a Companhia e sua controlada se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e sua controlada realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações sobre fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **• As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.** Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;** **• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;** **• Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;** e **• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.** As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempe-

nhos avaliados com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera: **• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;** **• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;** **• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;** e **• Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **a. Redução ao valor recuperável (Impairment). Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia e sua controlada reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e VJR;** A Companhia e sua controlada mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: **• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;** e **• Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.** As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Administração considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas. A administração considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **• É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e sua controlada.** **• O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.** **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Administração adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido a longa data. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Administração para a recuperação dos valores devidos. **2.18. Operações de arrendamento:** Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários e de veículos como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental. Vigente a partir de 01 de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes resultando em uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamentos operacionais. A norma requer que um arrendatário reconheça um direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do mesmo. Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato a valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade. Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir: **Mensuração do passivo de arrendamento:** Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Sociedade. **Prazo de arrendamento:** A Sociedade reconhece os contratos de arrendamento considerando a sua renovação por mais um período de igual duração ao prazo original, sempre que existir esta previsão no contrato e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor. **Taxa de juros incremental de financiamento:** Para calcular o valor justo dos contratos, a Sociedade considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento. **Depreciação/amortização do ativo de direito de uso:** A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato considerando, se aplicável, a sua renovação por um período de igual duração à vigência inicial, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil. **Encargos financeiros:** Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato. **2.19. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, as quais impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: **(a) Provisão para perdas esperadas dos contas a receber –** a Companhia e sua controlada utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e sua controlada e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota explicativa nº 5. **(b) Provisão para perdas de estoques –** a provisão é reconhecida para os itens dos estoques avaliados pela administração da Companhia, como obsoletos por descontinuidade de comercialização, defasagem tecnológica e giro lento. As informações sobre provisão para perdas de estoques estão divulgadas na nota explicativa nº 6. **(c) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio –** uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. As informações sobre perdas ao valor recuperável estão divulgadas na nota explicativa nº 14. **(d) Impostos diferidos –** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para maiores detalhes ver nota explicativa nº 10. **(e) Provisão para riscos vinculados a processos judiciais –** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as juris-

prudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Maiores detalhes na nota explicativa 24. **2.20. Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação:** Calculado por meio do resultado do exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. **2.21. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentadas: **(a) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro –** esta revisão apresenta novos conceitos sobre apresentação, mensuração e divulgação, atualizou a definição de ativos e passivos bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras. **(b) CPC 50 – Contratos de seguros –** esta norma entrará em vigência a partir de 1º. janeiro de 2021 e substituirá o CPC 11- Contratos de Seguros. O CPC 50 fornecerá um modelo global e abrangente para contabilidade dos contratos de seguros em linha com a padronização internacional das normas contábeis. **(c) Emendas do CPC 26 e CPC 23 –** Definição de Materialidade – As emendas do CPC 26 e do CPC 23 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entrarão em vigência em 1º. de janeiro de 2020. **(d) Alterações do CPC 15 –** Definição de Negócio – As alterações do CPC 15 objetivam aumentar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações acerca de combinações de negócios e sobre seus efeitos no adquirente. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **2.22. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 R2 Arrendamentos a partir de 01 de janeiro de 2019. **a. CPC 06 R2 – Arrendamentos:** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos com aplicabilidade para períodos anuais, iniciados em, ou após, 01 de janeiro de 2019. O CPC 06 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários, sendo reconhecido um ativo de direito de uso que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia optou pela aplicação da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 01 de janeiro de 2019, com efeitos prospectivos, portanto, os períodos comparativos não estão sendo reapresentados e contemplam a abordagem da norma vigente à data base. O detalhamento e a movimentação destes saldos estão demonstrados na nota explicativa nº 13 – Direitos de Uso. **Ativo Passivo**  
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - -  
Adição por adoção inicial CPC 06 (R2) – 1º de janeiro de 2019 7.577 8.337  
Reconhecimento de juros a apropriar - (739)  
Pagamento de principal/aluguel - (2.995)  
Apropriação de juros – Despesa Financeira - 103  
Depreciação acumulada (2.871) -  
Saldo em 31 de dezembro de 2019 4.706 4.706  
Circulante - 1.727  
Não circulante (4.706) 2.979  
**b. CPC 32 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Este pronunciamento não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. **3. Demonstrações financeiras consolidadas –** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. As informações financeiras da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas inclui a seguinte controlada:  
**Controladora**  
31/12/19 31/12/18  
BLCKD I Participações S/A. (\*) 100% -  
(\*) Atividade principal – administração de bens imóveis.  
**4. Caixa e equivalentes de caixa**  
**Controladora Consolidado**  
31/12/19 31/12/18 31/12/19  
Caixa e bancos (a) 2.140 169 2.140  
Títulos de capitalização (b) 640 1.189 640  
Fundos de investimentos 3.028 - 3.028  
Certificado de Depósito Bancário – CDB (c) 12.156 12.141 12.156  
Total 17.964 13.499 17.964  
(a) Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil. (b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança. (c) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média é de 97% da variação da taxa do Certificado de Depósito (Interbancário – CDI), e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado. O cálculo do rendimento das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração a remuneração variável do CDI (taxas variáveis de 98% a 100% em 2018).  
**5. Contas a receber**  
**Controladora Consolidado**  
31/12/19 31/12/18 31/12/19  
Contas a receber 16.305 17.953 16.305  
Provisão para perdas de crédito esperadas (995) (5.249) (995)  
Total 15.310 12.704 15.310  
Ativo circulante 15.167 12.670 15.167  
Ativo não circulante 143 34 143  
O saldo de contas a receber por período de vencimento está apresentado a seguir:  
**Controladora Consolidado**  
31/12/19 31/12/18 31/12/19  
A vencer 11.456 10.195 11.456  
Vencidos:  
Até 30 dias 2.185 1.852 2.185  
Entre 31 e 90 dias 1.094 615 1.094  
Entre 91 e 180 dias 680 346 680  
Entre 181 a 360 890 626 890  
Acima de 360 dias - 4.319 -  
Provisão para perdas de crédito esperadas (995) (5.249) (995)  
Total 15.310 12.704 15.310  
As contas a receber são apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos. A provisão para perdas de crédito esperadas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas esperadas na realização das contas a receber. A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas é apresentada a seguir:  
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (8.855)  
Constituição de provisão (409)  
Baixa de títulos 4.015  
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (5.249)  
Constituição de provisão (825)  
Baixa de títulos 5.079  
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (995)  
**6. Estoques**  
**Controladora Consolidado**  
31/12/19 31/12/18 31/12/19  
Matéria-prima 2.477 2.057 2.477  
Produtos em elaboração 1.223 141 1.223  
Produtos acabados 3.513 3.876 3.513  
Mercadorias para revenda 1.271 2.643 1.271  
Equipamentos e peças em poder de terceiros 6.685 4.925 6.685  
Materiais de consumo e importações em andamento 1.673 927 1.673  
16.842 14.569 16.842  
Provisão para perdas nos estoques (\*) (2.786) (3.375) (2.786)  
Total 14.056 11.194 14.056  
continua ...



## ... continuação

**17. Debêntures a pagar** – Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2016 foi aprovada pelo Conselho de Administração a primeira emissão privada de debêntures, com as seguintes características e condições: **a.** Valor da emissão de até R\$20.000. **b.** Três séries, sendo a primeira série no valor de R\$8.000 e a segunda e terceira séries no valor de R\$6.000 cada. **c.** Tipo, forma e modo de subscrição e integralização – as debêntures serão nominativas escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados. **d.** Colocação das debêntures – a colocação será feita de forma privada e as debêntures não serão registradas para negociação em sistema organizado. **e.** Espécie – as debêntures são da espécie subordinada, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, exclusivamente nas hipóteses de (i) inadimplemento da Companhia em pagar o valor das debêntures na data do vencimento, ou (ii) o vencimento antecipado das debêntures por descumprimento por parte da Companhia, de qualquer das suas obrigações previstas na escritura de emissão. **f.** Prazo e vencimento – as debêntures terão prazo de vencimento de três anos, contados da data de emissão das debêntures da primeira série. **g.** Remuneração – as debêntures farão jus a seguinte remuneração; (i) primeira série de R\$8.000, com juros CDI mais "spread" de 5% ao ano. (ii) segunda série de R\$6.000, com juros CDI mais "spread" de 7,5% ao ano. (iii) terceira série, com juros CDI mais "spread" de 10% ao ano. **h.** Garantias – as debêntures não terão garantias, de qualquer tipo. Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2019 foi aprovada a conversão das Debêntures em Capital Social na Companhia de R\$ 28.972; A movimentação das debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.052	
Juros provisionados	3.229	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.281	
Juros provisionados	1.691	
Conversão em Capital Social	(28.972)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	—	

**18. Arrendamentos a pagar**

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Contratos de alugueis de imóveis	3.071	3.071
Contratos de alugueis de veículos	1.635	1.635
Total	4.706	4.706
Passivo circulante	1.727	1.727
Passivo não circulante	2.979	2.979

A movimentação dos arrendamentos a pagar é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	—
Adição por adoção inicial CPC 06 (R2)	8.337
Reconhecimento de juros a apropriar Principal	(739)
Juros	(2.892)
Total dos pagamentos	(103)
Juros provisionados	(2.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	103
	4.706

**19. Salários, provisão para férias e encargos**

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Salários a pagar	—	675
Participação nos lucros e resultados	2.125	2.034
Instituto nacional de seguridade social – INSS	2.673	649
Fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS	253	221
Provisão para férias e encargos sociais	3.160	3.107
Outros	21	66
Total	8.232	6.752

**20. Impostos a recolher**

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	606	513
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	476	229
Imposto sobre serviços – ISS	453	188
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	364	180
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	257	404
Programa integração social – PIS	94	50
Outros	303	146
Total	2.553	1.710

**21. Impostos e contribuições parcelados**

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Instituto nacional de seguridade social – INSS	3.326	836
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	2.200	667
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (*)	2.178	2.234
Imposto sobre serviços – ISS	906	675
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	698	—
Programa de integração social – PIS	405	208
Programa especial de regularização tributária (PERT)	—	295
Outros	13	—
Total	9.726	4.915
Passivo circulante	2.203	1.232
Passivo não circulante	7.523	3.683

(\*) Refere-se ao parcelamento obtido da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, em 120 meses, relativo a débito da empresa Rodosist Rastreamento de Veículos Ltda., a qual foi incorporada em 2008. O saldo a pagar possui como contrapartida a conta de indenizações a receber (nota explicativa nº 8). **22. Partes relacionadas – Ativo circulante e não circulante:** O saldo a receber de partes relacionadas de R\$21.346 em 31 de dezembro de 2019 é representado por contrato de mútuo com Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda. (acionista) sujeitos a juros de 1,64% ao mês, com prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2021. A movimentação de partes relacionadas no ativo circulante e não circulante é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	—
Cessão de obrigação – nota explicativa - nº 1 (v)	14.562
Valores recebidos	5.179
Valores de ressarcimento de despesas a pagar	1.571
Juros provisionados	34
Saldo em 31 de dezembro de 2019	21.346
Ativo circulante	14.562
Ativo não circulante	6.784

**Passivo não circulante:** O saldo a pagar a partes relacionadas de R\$4.665 em 31 de dezembro de 2018 era representado por contrato de financiamento para compras junto a fornecedores, firmados com Suppliercard Administradora de Cartões de Crédito S.A. (empresa do grupo do ex-acionista Pátria), sujeitos a juros de 1,77% ao mês, com prazo de vencimento de até 3 meses. Em 31 de outubro de 2019 o contrato de financiamento foi liquidado integralmente. A movimentação de partes relacionadas no passivo circulante é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.697
Novas contratações	15.075
Pagamentos:	
Principal	(12.196)
Juros	(657)
Total dos pagamentos	(12.853)
Juros provisionados	746
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.665
Novas contratações	8.611
Pagamentos:	
Principal	(13.050)
Juros	(919)
Total dos pagamentos	(13.969)
Juros provisionados	693
Saldo em 31 de dezembro de 2019	—

**23. Benefícios fiscais – a. ICMS:** A Companhia possui no Estado de Minas Gerais benefícios que dão direito à isenção e às restituições de impostos, que asseguram o direito ao diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado, na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de seus produtos, na aquisição, por meio de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, exceto energia elétrica e serviço de comunicação, e na importação de produtos de informática, telecomunicação, eletrônicos e eletroeletrônicos, além de recuperar o ICMS na figura

**Zatix Tecnologia S.A.**

do crédito presumido. Os benefícios fiscais são contabilizados diretamente ao resultado, a título de crédito presumido do ICMS, na rubrica "Deduções de vendas". Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$450 e R\$372, respectivamente. **b. IPI:** A Companhia possui projeto aprovado no Ministério da Ciência e Tecnologia que possibilita, conforme previsto na legislação, a redução de 80% na alíquota do IPI relativa aos produtos produzidos (rastreadores e terminais) em Minas Gerais. Para fazer jus à redução do IPI, a Companhia deve investir anualmente em atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação, a serem realizadas no País, no mínimo 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos contemplados com a redução do imposto, deduzidos dos tributos correspondentes a tal comercialização. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$3.716 e R\$1.697, respectivamente. **24. Provisão para riscos e depósitos judiciais – 24.1. Provisões contabilizadas:** A Administração da Companhia, com base nas posições dos seus assessores jurídicos, registrou provisão para cobrir prováveis perdas com os processos trabalhistas e cíveis em andamento e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. A composição é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Tributários	—	130
Trabalhistas (a)	1.070	644
Obrigações com terceiros (b)	2.839	2.759
Cíveis (c)	5.266	6.373
Total	9.175	9.906

(a) Referem-se, substancialmente, a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda em discussão judicial. (b) Referem-se a saldo de provisão de estimativa de honorários advocatícios sobre processos tributários ("sucess fee"), com classificação de risco possível. (c) Referem-se, principalmente, a ações movidas por clientes pleiteando danos morais em decorrência da alegação de falhas nos serviços prestados. Em 31 de dezembro de 2019, parte das provisões, no valor de R\$2.410, é oriunda das empresas que a Companhia adquiriu no passado e relativa ao período anterior ao acordo de associação dos acionistas. Nesse caso, conforme previsto no contrato de compra e venda dessas empresas e o acordo de associação, os ex-sócios controladores das empresas assumiram contratualmente que são responsáveis por contingências anteriores à data da compra do controle das empresas e do respectivo acordo. As provisões têm como contrapartida a conta do ativo não circulante de indenizações a receber e quando se consumarem serão reembolsadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8. A movimentação das provisões é como segue:

	31/12/17	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/18
Tributários	130	—	—	—	130
Trabalhistas	737	413	(87)	(419)	644
Obrigações com terceiros	2.331	428	—	—	2.759
Cíveis	7.095	1.916	(335)	(2.303)	6.373
Total	10.293	2.757	(422)	(2.722)	9.906

	31/12/18	Adições	Baixas	Pagamentos	31/12/19
Tributários	130	—	(130)	—	—
Trabalhistas	644	728	(19)	(283)	1.070
Obrigações com terceiros	2.759	80	—	—	2.839
Cíveis	6.373	1.368	(573)	(1.902)	5.266
Total	9.906	2.176	(722)	(2.185)	9.175

Contingências com probabilidade de perda possível: A Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para essas não há necessidade de provisão, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os passivos contingentes estão assim representados:

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Tributários	136.667	142.725
Trabalhistas	13.850	12.243
Cíveis	2.385	1.998
Total	152.902	156.966

**24.2. Contingências passivas para as quais não há provisões:** Os processos tributários mais relevantes, classificados como probabilidade de perda possível, são descritos a seguir: **a. ICMS sobre prestação de serviços de comunicação:** Em 2013, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo emitiu autos de infração fiscal, relativo ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$109.770 (já acrescidos de multa e juros). Desse montante, R\$74.011 referem-se à Zatix e R\$35.759 a TLT Monitoramento Ltda. (empresa incorporada pela Zatix em novembro de 2009). No entendimento da Secretaria da Fazenda, a Companhia deixou de recolher ICMS sobre a prestação de serviços de comunicação, na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículos e cargas com base nas disposições contidas no Convênio ICMS do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ nº 139, de 2006. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que o respectivo convênio não se aplica à prestação de serviços (licenciamento de uso de software, processamento de dados, monitoramento, locação e assistência técnica) realizados pela Companhia, por não guardar qualquer relação com prestação de serviços de comunicação. Para essas prestações de serviços, a Companhia recolhe ISS de acordo com a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 2003. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), em sede de recurso repetitivo, já definiu que os provedores de acesso não prestam serviços de telecomunicação, pois se utilizam de tais serviços como insumo para a sua atividade. Este precedente pode ser aplicado de forma análoga às atividades desenvolvidas pela Zatix, uma vez que a Companhia, para a sua atividade, também se vale dos serviços de telecomunicação de terceiros, na condição de usuária. **b. IRPJ e CSLL:** Em 22 de dezembro de 2015, a Secretaria da Receita Federal emitiu auto de infração fiscal relativo ao período de 2009 a 2013, no montante de R\$12.516 (já acrescidos de multa e juros) e também glosou prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$165.399. No entendimento da Secretaria da Receita Federal: (i) na reorganização societária que ocorreu entre 2007 a 2009, a Companhia se utilizou de pessoas jurídicas interpostas para investirem na requerente, apenas com o propósito de gerar economia tributária decorrente da amortização fiscal dos ágios reconhecidos por essas supostas "empresas veículos". Por esse motivo glosou as despesas dos ágios gerados pela Telematics, CISR, CEG, Mobisat e Zatix Participações; e (ii) Glosou despesas de amortização do ágio reconhecido na aquisição direta da empresa Controlloc, sob alegação de que a Companhia teria cometido erro no cálculo do ágio gerado na transação. De acordo com o entendimento da fiscalização, o patrimônio líquido negativo da empresa Controlloc deveria ter sido descontado do valor do ágio apurado na transação. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que todas as operações que são objeto do presente processo encontravam-se plenamente revestidas de propósito negocial e substância econômica e foram feitas entre partes não relacionadas, a valores justos de mercado. Ainda mais relevante, essas operações foram realizadas no contexto de uma associação que tinha como objetivo final e principal formar a maior e mais completa Companhia de tecnologia e soluções para rastreamento de veículos do Brasil. Em 13 de junho de 2018, no julgamento realizado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ocorreu decisão favorável a Companhia, para o item (i) do auto de infração. Companhia aguarda a intimação da Secretaria da Receita Federal para eventual Recurso Especial para o item (ii). **24.3. Depósitos judiciais:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia mantém depósitos judiciais conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Tributários	346	337
Trabalhistas	86	93
Cíveis	912	906
Total	1.344	1.336

**25. Patrimônio líquido – a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 215.644 (R\$197.480 em 31 de dezembro de 2018, representado respectivamente por 69.507.684 e 59.787.424 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e pertencente aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações
Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda.	69.507.684

**b. Reserva legal:** Calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, até o limite de 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 10% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia. De acordo com a Lei da S/A, o lucro líquido auferido no exercício, foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados da Companhia. **26. Lucro/ (Prejuízo) por ação – básico e diluído** – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básicos por ação:

Resultado básico por ação:	31/12/19	31/12/18
Numerador:		
Lucro (Prejuízo) do exercício	6.002	(9.494)
Denominador (em milhares de reais):		
Média ponderada de número de ações ordinárias – em milhares	66.373	59.787
Resultado básico por ação – em reais	0,090	(0,159)

**27. Remuneração de administradores** – Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os honorários dos administradores foram de R\$1.480 e R\$2.615, respectivamente, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo).

**28. Receita líquida de vendas e serviços**

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Receita Bruta	40.483	29.669
Vendas de produtos e mercadorias	87.912	76.110
Licença de uso de software	24.015	20.504
Comunicação e processamento de dados	13.006	11.365
Serviços de assistência técnica	7.940	9.172
Monitoramento (auxílio na localização)	66	288
Locações	173.422	147.108
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas de produtos e mercadorias	(10.793)	(7.894)
Impostos sobre vendas de serviços	(12.088)	(11.002)
Devoluções de vendas	(1.232)	(1.483)
	(24.113)	(20.379)
Receita líquida de vendas de produtos e serviços	149.309	126.729
	149.309	149.309

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(24.431)	(15.398)
Produtos e mercadorias vendidas	(21.535)	(17.563)
Salários, provisões, encargos e benefícios	(20.476)	(21.084)
Depreciações e amortizações	(11.757)	(10.094)
Data center, telemetria e licença de uso	(8.301)	(6.390)
Viagens e deslocamentos	(2.354)	(2.146)
Custos com imóveis alugados	(728)	(1.915)
Aluguéis de automóveis, máquinas e equipamentos	(213)	(1.180)
Outras	(2.682)	(467)
Total	(92.477)	(76.237)
Despesas gerais e administrativas	(11.291)	(9.935)
Salários, provisões, encargos e benefícios	(2.478)	(1.488)
Depreciações e amortizações	(1.829)	(1.133)
Assessorias técnicas, financeira e contábil	(1.431)	(1.472)
Honorários advocatícios e de auditoria	(1.480)	(2.615)
Honorários e gratificações a Administradores	(1.307)	(2.602)
Despesas com imóveis alugados	(762)	(747)
Consultoria em tecnologia da informação	(340)	(1.336)
Manutenção e licenciamento de software	(82)	(542)
Materiais e serviços de consumo	(2.310)	(1.567)
Outras	(23.310)	(23.437)
Total	(23.310)	(23.310)

**29. Custos e despesas por natureza**

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Salários, provisões, encargos e benefícios	(7.568)	(6.979)
Depreciações e amortizações	(4.698)	(4.065)
Assessorias técnicas, financeira e contábil	(1.690)	(607)
Honorários advocatícios e de auditoria	(1.048)	(897)
Honorários e gratificações a Administradores	(474)	(734)
Despesas com imóveis alugados	(43)	(179)
Consultoria em tecnologia da informação	(348)	(266)
Manutenção e licenciamento de software	(348)	(266)
Materiais e serviços de consumo	(15.869)	(13.727)
Outras	(15.869)	(13.727)
Total	(15.869)	(13.727)

Despesas com vendas Salários, provisões, encargos e benefícios

	Controladora	Consolidado
	31/12/19	31/12/18
Comissões de vendas	(7.568)	(6.979)
Propaganda e publicidade	(4.698)	(4.065)
Viagens e deslocamentos	(1.690)	(607)
Perda com créditos de clientes	(1.048)	(897)
Telefonia fixa, celular e internet	(474)	(734)
Outras	(43)	(179)
Total	(348)	(266)
Outras despesas operacionais, líquidas	(23.310)	(23.437)
Ajuste a valor justo- nota explicativa nº 9	10.658	—
Crédito tributário PIS e da COFINS – nota explicativa nº 1(iii)	4.169	4.169
Indenizações contratuais-nota explicativa nº 1(iv)	(7.018)	—
Perdas de estoques	(2.534)	—
Manutenção de ativo imobilizado	(1.867)	(889)
Despesas e impostos com sucateamento de estoques	(1.738)	(2.654)
Provisão para riscos	(1.374)	(1.907)
Baixa e provisão para perda de ativo imobilizado e intangível	(222)	(2.836)
Provisão (Reversão) para obsolescência de estoques	5	

... continuação		Zatix Tecnologia S.A.			
Consolidado		Valor contábil		Valor Justo	
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	17.964	13.499	17.964	13.499
Contas a receber	Custo amortizado	15.310	12.704	15.310	12.704
Indenizações a receber	Custo amortizado	11.490	11.469	11.490	11.469
Partes relacionadas	Custo amortizado	6.784	-	6.784	-
Ativo não circulante mantido para venda	Valor justo por meio do resultado	14.410	-	14.410	-
Depósitos judiciais	Valor justo por meio do resultado	1.344	1.336	1.344	1.336
Outras contas a receber	Custo amortizado	929	917	929	917
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>68.231</b>	<b>39.925</b>	<b>68.231</b>	<b>39.925</b>
		<b>Valor contábil</b>	<b>Valor Justo</b>		
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	31/12/19	2018 31/12/19	31/12/18	
Fornecedores	Custo amortizado	22.781	14.677	22.781	14.677
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	49.387	46.766	49.387	46.766
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	4.706	-	4.706	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	4.665	-	4.665
Debêntures a pagar	Custo amortizado	-	27.281	-	27.281
Outras obrigações a pagar	Custo amortizado	14.410	-	14.410	-
Adiantamentos de clientes	Custo amortizado	55	235	55	235
<b>Total dos passivos financeiros</b>		<b>91.339</b>	<b>93.624</b>	<b>91.339</b>	<b>93.624</b>
<b>Análise de sensibilidade:</b> Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão relacionados à variação do CDI para operações de empréstimos e financiamentos. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI vigente em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável para o ano 2020, sendo calculadas variações de 25% a 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de caixa de vencimentos programados. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 4,14% para o ano 2020, respectivamente, e esse definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%.					
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>	<b>Cenário IV</b>
	Aumento				
Empréstimos e financiamentos	do CDI	4,14%	5,18%	6,21%	
Valor dos empréstimos e financiamentos		49.387	49.387	49.387	
Despesa financeira estimada		2.045	2.558	3.067	
Gerenciamento de riscos – os principais riscos que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: (a) <b>Risco de liquidez:</b> o					

risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos devido aos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

**Em 31 de dezembro de 2019:**

Menos de um ano e dois anos e cinco anos Total

Empréstimos e financiamentos 28.700 14.477 7.348 50.525

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos. (b) **Risco de crédito:** a base de clientes da Companhia é bastante diversificada. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. (c) **Risco de taxas de juros e inflação:** o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a CDI, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. (d) **Gestão de capital:** o objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha "rating" de crédito e relação de capital adequados, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa. 31/12/19 31/12/18

Empréstimos e financiamentos 49.387 46.766

Debêntures - 27.281

(-) Caixa e equivalentes de caixa (17.964) (13.499)

Dívida líquida (A) 31.423 60.548

Patrimônio líquido (B) 120.371 96.205

(=) Índice de endividamento (A/B) 26,1% 62,9%

(e) Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui exposição aos riscos de câmbio para fornecedores estrangeiros. O valor da exposição cambial passiva é de R\$1.478.

**32. Resultado financeiro**

Controladora Consolidado

31/12/19 31/12/18 31/12/19 31/12/18

Receitas Financeiras:

Juros sobre crédito tributário do PIS e da COFINS 2.277 - 2.277 -

Juros sobre contratos de clientes 661 426 661 426

Rendimentos sobre aplicações financeiras 469 185 469 185

Juros ativos 443 467 443 467

Juros sobre indenizações a receber 100 159 100 159

Variações cambiais sobre fornecedores 58 214 58 214

Demais receitas financeiras 43 56 43 56

Total 4.051 1.507 4.051 1.507

Despesas Financeiras: Juros sobre empréstimos e financiamentos (8.470) (5.615) (8.470) (5.615)

Juros sobre impostos e contribuições (2.078) (1.354) (2.078) (1.354)

Juros passivos (1.886) (1.204) (1.886) (1.204)

Juros sobre debêntures (1.691) (3.229) (1.691) (3.229)

Eduardo Leite Cruz Lacet – Presidente

Crístiane Akiko Momoi – Vice-Presidente

Alexandre Ferreira da Silva – Diretor Financeiro – CRC 1SP 181.366/O-9

#### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da Zatix Tecnologia S.A. – Barueri-SP**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Zatix Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Zatix Tecnologia S.A. em 31/12/2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Contingências possíveis – Conforme descrito na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, a Companhia discute na esfera administrativa e judicial, ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis que totalizam R\$152.902 mil e R\$156.966 mil em 31/12/2019 e de 2018, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva em virtude deste assunto. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31/12/2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27

de fevereiro de 2019 sem modificação. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 28 de maio de 2020

**KPMG Assurance Services Ltda.**

CRC 2SP-033038/F

**Juliana Leonam de Araujo Braga**

Contadora CRC 1SP-251.062/O-5



#### Brasilwood Terras Florestais S.A.

CNPJ/ME nº 29.197.194/0001-49 - NIRE 35.300.510.925

Anúncio de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da **Brasilwood Terras Florestais S.A.** ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 2300, 4º andar, sala 04, CEP 01418-200, em 15 de junho de 2020, às 12:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** aprovar as contas da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019; **b)** consignar a renúncia do Sr. **Pablo de Campos Ferreira** ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; **c)** aprovar a alteração do capítulo do Estatuto Social referente à administração Companhia; **d)** eleger os administradores da Companhia para mandatos a encerrar-se em 2 (dois) anos contados da data de suas eleições, de acordo com o previsto no Estatuto Social; e **e)** autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação dos atos aprovados. **Instruções Gerais:** Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano e a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja advogado ou, acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, §1º da Lei das S.A. e artigo 654, §1º e §2º do Código Civil). Nos termos do artigo 135, §3º da Lei da S.A., os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 05 de junho de 2020. **Alessandro Pellegrini e Valentim Augusto Colombo** - Diretores.

#### Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG

CNPJ/ME nº 09.134.807/0001-91 - NIRE 35.300.345.584

**Ata da 103ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração** Aos 14/03/2020, às 9:00 hs., na sede da Companhia à Rua Xavantes, nº 1.880, Guaratinguetá-SP, por convocação do Presidente da Companhia, em caráter **Extraordinário** reuniram-se os membros do Conselho de Administração, os Srs. João Rodrigues de Alckmin Junior, José Antônio da Graça, João Vítor Santos Costa, João César Monteiro dos Santos e Luciano Nucci Passoni. Presidiu a mesa o Sr. João Rodrigues de Alckmin Junior, que convidou a mim, Sr. Hailton Rodrigues de Almeida, advogado, OAB/SP sob nº 233885, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** **a)** Renúncia do conselheiro da administração **José Antônio da Graça. Abreindo os Trabalhos,** o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Luciano Nucci Passoni, pediu a palavra e, cumprindo a pauta da reunião apresentou o pedido de renúncia do conselheiro **José Antônio da Graça.** Concedida a palavra ao conselheiro renunciante, este agradeceu pelo tempo em que atuou como conselheiro da Companhia. Ato contínuo todos os conselheiros manifestaram apreço ao conselheiro renunciante e acolheram seu pedido. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi esta ata lida e, achada conforme, aprovada por todos os presentes. Documentos arquivados na Secretaria da Companhia. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Guaratinguetá-SP, 14/04/2020. **Assinaturas:** João Rodrigues de Alckmin Junior – Presidente do Conselho; João César Monteiro dos Santos – Vice-Presidente do Conselho; Luciano Nucci Passoni – Membro do Conselho, Presidente da SAEG; João Vítor Santos Costa – Membro do Conselho; José Antônio da Graça – Membro do Conselho, Renunciante; Hailton Rodrigues de Almeida – Advogado OAB/SP nº 233885. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 165.244/20-3 em 19/05/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

#### Paineira Investimentos Florestais S.A.

CNPJ/ME nº 28.323.451/0001-89 - NIRE 35.300.507.061

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da **Paineira Investimentos Florestais S.A.** ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 2300, 4º andar, sala 41-B, CEP 01418-200, em 15 de junho de 2020, às 10 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** aprovar as contas da administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019; **b)** aprovar a alteração das cláusulas do Estatuto Social referentes à administração da Companhia; **c)** eleger os administradores da Companhia para mandatos a encerrar-se em 2 (dois) anos contados da data de suas eleições, de acordo com o previsto no Estatuto Social; e **d)** autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação dos atos aprovados. **Instruções Gerais:** Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano e a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja advogado ou, acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, §1º da Lei das S.A., e artigo 654, §1º e §2º do Código Civil). Nos termos do artigo 135, §3º da Lei da S.A., os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 05 de junho de 2020. **Saulo Tarso de Alves de Lara e Alessandro Pellegrini** - Diretores.

